



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

(IN)DISCIPLINANDO OS CÂNONES

**DIÁLOGOS ENTRE MARIA BEATRIZ NASCIMENTO E
CAROLINA MARIA DE JESUS**

LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA CULTURAL, MEMÓRIAS E IDENTIDADES

ANA CLÁUDIA ALVES MARTINS

BRASÍLIA

2024

ANA CLÁUDIA ALVES MARTINS

(IN)DISCIPLINANDO OS CÂNONES
DIÁLOGOS ENTRE MARIA BEATRIZ NASCIMENTO E
CAROLINA MARIA DE JESUS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de mestra.

Orientador: Anderson Ribeiro Oliva

Brasília

2024

RESUMO

A pesquisa agora apresentada versa sobre a conexão histórica de duas mulheres negras, ambientada na segunda metade do século XX. Estas mulheres, a partir de suas produções intelectuais, desnudaram narrativas outras, complementares e até mesmo contrárias às produzidas pelas lógicas brancas, eurocêntricas e patriarcais. A partir de suas inserções na intelectualidade compartilharam de uma experiência histórica particular, tendo por norte os desdobramentos do racismo no pós-abolição. Nesse sentido, analisarei estes interditos que versam sobre suas produções intelectuais a partir de questões produzidos pelo debate interseccional sobre raça, classe e gênero. Maria Beatriz Nascimento permeia o campo da História. Carolina Maria de Jesus, da Literatura. Destarte, temos duas intelectuais que possivelmente não se conheciam, todavia experienciaram situações próximas, dadas as condições históricas dos negros e negras no país. Para além disso, é certo que fizeram de suas vivências constructo de sua produção intelectual, constituindo uma maneira outra de se pensar e escrever história/literatura. Todavia, os debates raciais, de gênero e classe influenciaram na marginalização de suas produções, principalmente, no que tange às elites cultural, racial, social e governamental brasileiras. Desse modo, as narrativas históricas e literárias convencionais, resultantes das relações de poder assimétricas em nossa sociedade, silenciaram estes corpos/sujeitas que colocavam em xeque seus epistemes constituídos. Nessa perspectiva, analisei como estas sujeitas estavam sendo percebidas historicamente através da narrativa literária e historiográfica. Outro passo da pesquisa versou em estabelecer o diálogo entre as duas intelectuais eleitas para a pesquisa. Sabe-se que Beatriz Nascimento, com suas produções, desterritorializou os quilombos no Brasil estabelecendo conexões com a subjetividade dos sujeitos negros e negras. Ademais, pontuou uma continuidade histórica “dos quilombos às favelas”. Carolina Maria de Jesus foi habitante da favela do Canindé (SP), onde escreveu sua obra mais conhecida, *Quarto de Despejo* (1960). Outra possibilidade que de conexão ocorreu por meio do conceito de *transmigração* de Beatriz Nascimento, o que viabilizou uma análise das migrações compulsórias de Carolina Maria de Jesus em diferentes regiões do Brasil, tanto como um olhar minucioso sobre suas produções escritas fragmentárias. Em seguida, analisei como os conceitos e categorias de gênero, raça e classe podem ser lidos através de suas obras. Por fim, investigar as contribuições da história vivida e escrita pelas autoras, no que tange aos pensamentos feministas negros.

Palavras-chave: intelectuais negras, mulheres negras, interseccionalidade; Maria Beatriz Nascimento; Carolina Maria de Jesus.

Abstract

The research now presented is about the historical connection of two black women, set in the second half of the 20th century. These women, through their intellectual productions, uncovered other narratives, complementary and even contrary to those produced by white, Eurocentric and patriarchal logics. From their insertions in the intelligentsia, they shared a particular historical experience, having as their guide the developments of racism in the post-abolition period. In this sense, I will analyze these prohibitions that deal with their intellectual productions based on questions produced by the intersectional debate on race, class and gender. Maria Beatriz Nascimento permeates the field of History. Carolina Maria de Jesus, from Literature. Thus, we have two intellectuals who possibly did not know each other, but experienced similar situations, given the historical conditions of black men and women in the country. Furthermore, it is certain that they made their experiences a construct of their intellectual production, constituting another way of thinking and writing history/literature. However, racial, gender and class debates influenced the marginalization of their productions, mainly with regard to Brazilian cultural, racial, social and governmental elites. In this way, conventional historical and literary narratives, resulting from asymmetric power relations in our society, silenced these bodies/subjects that put their constituted epistemes into question. From this perspective, I analyzed how these subjects were being perceived historically through literary and historiographical narrative. Another step of the research was to establish dialogue between the two intellectuals chosen for the research. It is known that Beatriz Nascimento, with her productions, deterritorialized the quilombos in Brazil, establishing connections with the subjectivity of black subjects. Furthermore, it highlighted a historical continuity “from quilombos to favelas”. Carolina Maria de Jesus was an inhabitant of the Canindé favela (SP), where she wrote her best-known work, *Quarto de Despejo* (1960). Another possibility of connection occurred through Beatriz Nascimento concept of transmigration, which made possible an analysis of Carolina Maria de Jesus's compulsory migrations in different regions of Brazil, as well as a detailed look at her fragmentary written productions. Next, I analyzed how the concepts and categories of gender, race and class can be read through their works. Finally, investigate the contributions of the history lived and written by the authors, with regard to black feminist thoughts.

Keywords: black intellectuals, black women, intersectionality; Maria Beatriz Nascimento; Carolina Maria de Jesus.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Palavras de Apresentação 6

Sobre a Pesquisa 9

Capítulo 1. Pensamentos Feministas Negros e Interseccionalidade 19

1.1. Em busca de definições: a Interseccionalidade 20

1.2. Outros olhares sobre a interseccionalidade. As teóricas afrodiáspóricas
do Sul e do Norte 29

Capítulo 2. Indisciplinando os Cânones 53

2.2. O pensamento de Carolina Maria de Jesus 54

2.3. O pensamento de Maria Beatriz Nascimento 73

CONSIDERAÇÕES FINAIS 87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 91

INTRODUÇÃO

Muriquinho piquinino, muriquinho piquinino, Parente de
quiçamba na cacunda. Purugunta aonde vai, purugunta aonde
vai, Ô parente, pro quilombo do dumbá. (x2)
Ê, chora, chora gongo,ê dévera, chora gongo chora, Ê, chora,
chora gongo, ê cambada, chora gongo chora.

- Canto II, Canto dos Escravos - Clementina de Jesus (1982)

Palavras de apresentação

O primeiro momento em que pisei os pés em uma universidade foi em 2014, quando passei para a graduação em Química na Universidade Federal de Goiás (UFG). O curso presencial, as longas distâncias percorridas para as aulas e as crises emocionais acabaram fazendo com que eu desistisse do curso ao longo do primeiro semestre. Até então eu ainda não havia descoberto o Autismo ou recebido o diagnóstico do TEA (Transtorno do Espectro Autista), tanto quanto as outras comorbidades que possuo. Encerrada minha matrícula no curso de química, após um período de reavaliação eu comecei a me debruçar novamente sobre os estudos. Estudava de tudo que via na minha frente. Física, química, biologia, história, filosofia, entre outros. Eu necessitava encontrar um curso no qual eu me encaixasse.

No decorrer de 2014 eu entrei em um cursinho preparatório para o vestibular e o Enem, ofertado por alunos e professores da UFG. O cursinho denominava-se “FazArte”. Apesar das muitas dificuldades, a distância, o cansaço e outros obstáculos pelo curso ser a noite, eu consegui concluir. Foi então que conheci o professor de História Renato. A forma que ele explicava os conteúdos me fez apaixonar por história. Fiz o Enem e me inscrevi para o curso de História no Instituto Federal de Goiás (IFG). Foram noites sem dormir, muito nervosismo, crises incontáveis, até que o dia em que foi divulgado o resultado e o meu nome estava na lista de aprovados. Eu chorei muito de felicidade, pois estava achando que nunca mais ia conseguir ser aprovada em nada, devido a cada dia que passava as dificuldades se mostrarem ainda maiores.

Eu sempre tive dificuldade em entender regras, normas sociais e, portanto, dificuldade no mercado de trabalho, mas eu sempre tentava fazer alguma coisa para não ficar sem dinheiro. Mas as tentativas não duravam muito e eu estava me sentindo incapaz de qualquer coisa. Incapaz de viver. Após passar no IFG, eu comecei a estudar muito e muito mesmo. Eu não saía de casa. Sempre morei no interior então passava muito tempo dentro dos ônibus durante os deslocamentos para as aulas. Eu lia no ônibus, antes de dormir, na hora que acordava. E eu fui me saindo bem nas disciplinas, apesar das dificuldades na hora de falar em público. Sempre tive dificuldades em falar perto das pessoas. No ensino fundamental e médio eu entrava calada e saía calada. Só conversava com pessoas muito próximas.

Mas aí me vi com um grande problema: ou eu participava dos debates ou eu iria reprovar. Para além das dificuldades na fala em público eu quase não comia o dia todo. Saía de casa cedo sem comer e só tinha uma refeição quando chegava em casa por voltas das 20/21 horas da noite. Então eu estava sempre indisposta, com fome, dores no estômago.

Essa situação não foi muito diferente até o fim do curso. Contudo me aproximei da professora de Filosofia da Educação e contei para ela das minhas dificuldades, ela me chamou para participar do PIBIC, ela me ajudou muito. Serei eternamente grata, além de me ajudar na escrita do projeto ainda me ajudou me inscrevendo para bolsa, com a qual fui pleiteada. A bolsa não possuía um valor alto, mas me ajudava a tirar minhas xerox e comprar um lanche vez ou outra.

Eu comecei a tentar participar mais das aulas, embora minha dificuldade e nervosismo fossem explícitas. Apesar das dificuldades na fala, sempre tentei compensar na escrita e realização de provas. E assim, eu me virei bem até o fim do curso. Durante a escolha do tema de TCC eu tive muita dificuldade em realizar a seleção do tema e os recortes de pesquisa. Mas minha orientadora, a única professora negra do curso, Janira Sodré me auxiliou grandemente para eu conseguir finalizar essa etapa. Embora eu quase sempre fugia das orientações, pois estava passando por uma situação muito conturbada em casa, na família. Eu havia sido expulsa de casa, ameaçada de morte, para além dos problemas financeiros. Eu terminei o curso no ano que começou a pandemia de Covid19, em 2020, e isso piorou mais ainda meu quadro psicológico. Mas com muito esforço eu consegui finalizar a graduação.

Ao sair do curso eu não consegui também trabalhar. Somente na semana em que minha orientadora falou do edital para o mestrado na UnB, eu estava optando por minha única e última opção, trabalhar no telemarketing. Eu escrevi rapidamente o projeto e não tinha muitas esperanças de passar. A defesa do pré-projeto chegou e eu passei muito mal. Não dormia bem, e no dia específico eu saí tarde do trabalho tive que ligar correndo para uma amiga me receber na casa dela em Goiânia. Não dormi nada a noite, fiquei estudando meu projeto pois na minha concepção e pelo que havia entendido, eu tinha que apresentar o projeto. Quando começou a defesa cedo e me informaram que iam fazer perguntas aleatórias eu fiquei muito nervosa, não consigo nem lembrar o que aconteceu, não sei como e o que eu falei. Saí da defesa com a certeza que iria reprovar. Mas eu passei e iniciei o curso, mesmo trabalhando, eu me dediquei muito. Fora as crises por conta da pandemia, nas quais eu mal conseguia dormir achando que ia pegar COVID e morrer ou passar para alguém e transmitir para algum dos meus familiares. A pandemia, foi o ápice e o começo de uma longa jornada. Perdi algumas das minhas habilidades, sobretudo sociais, e foi o estopim para chegar ao meu diagnóstico de Autismo.

Foi durante o processo de Mestrado, enquanto eu trabalhava de telemarketing, que recebi meu diagnóstico de Autismo. Após eu saí da empresa e trabalhei de freelancer em cozinha e faxinas, para me manter e ajudar financeiramente em casa. Durante esses processos eu estava cursando as disciplinas remotamente. Consegui as finalizar nos dois primeiros semestres do curso. Tive um bom aproveitamento, apesar das dificuldades, sobretudo nos textos de línguas estrangeiras.

O processo de qualificação foi um tanto tardio, mas fui muito bem orientada pela banca para dar prosseguimento ao trabalho. Meu orientador e as professoras avaliadoras foram solícitos e sobretudo compreensíveis/ sensíveis a todas as questões. Em seguida, nesse último ano, após longas jornadas de um emprego para outro, consegui minha aprovação no concurso municipal.

O percurso do mestrado tem sido longo e árduo, contudo, eu também aprendi bastante. Vou me formar e, com meu título de mestre, sairei com a certeza de que lugar de autista é onde ele(ela) quiser!

Sobre a pesquisa

A presente investigação de mestrado busca relacionar as experiências, a produção e as contribuições de duas pensadoras brasileiras da segunda metade do século XX para a construção de um pensamento social negro feminino e crítico. Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), no campo da História, e Carolina Maria de Jesus (1914-1977), na literatura, são duas das mais importantes intelectuais brasileiras e suas obras abrem um campo teórico e analíticos de nossa sociedade a partir de uma perspectiva insubmissa, crítica e insurgente. Defendemos a perspectiva que a análise histórica e social de ambas as autoras permite a elaboração de um pensamento antirracista e antissexista fecundos. Nossa análise se guiará pela interseccionalidade que atravessam a vida e a escrita das intelectuais.

Suas obras abrem um campo teórico e analítico de nossa sociedade a partir de uma perspectiva insubmissa, crítica e insurgente e suas conexões se desenrolaram por meio da interseccionalidade que as unem, partindo assim das relações de gênero, raça e classe, e das leituras críticas e profundas que ambas realizaram sobre a sociedade brasileira e suas assimetrias e violências. Ambas as autoras são mulheres negras e periféricas que contribuíram, a partir de suas narrativas, para compor um mosaico das muitas histórias sociais do Brasil. Esse tipo específico de vida e escrita, emerge das margens de um sistema que exclui, mata e produz o silenciamento de sujeitos negros.

A partir de suas produções intelectuais, desnudaram narrativas outras, complementares e até mesmo contrárias às produzidas pelas lógicas brancas, eurocêntricas e patriarcais. A partir de suas inserções na intelectualidade compartilharam de uma experiência histórica particular, tendo por norte os desdobramentos do racismo no pós-abolição. Nesse sentido, analisarei estes interditos que versam sobre suas produções intelectuais a partir de questões produzidos pelo debate interseccional. Destarte, temos duas intelectuais que possivelmente não se conheciam, todavia experienciaram situações próximas, dadas as condições históricas dos negros e negras no país. Para além disso, é certo que fizeram de suas vivências constructo de sua produção intelectual, constituindo uma maneira outra de se pensar e escrever história/literatura. Todavia, os debates raciais, de gênero e classe influenciaram na marginalização de suas produções, principalmente, no que tange às elites cultural, racial, social e governamental brasileiras. Desse modo, as narrativas históricas e literárias convencionais, resultantes das

relações de poder assimétricas em nossa sociedade, silenciaram estes corpos/sujeitas que colocavam em xeque seus epistemes constituídos. Nessa perspectiva, analisei como estas sujeitas estavam sendo percebidas historicamente através da narrativa literária e historiográfica. Outro passo da pesquisa versou em estabelecer o diálogo entre as duas intelectuais eleitas para a pesquisa. Sabe-se que Beatriz Nascimento, com suas produções, (des)territorializou os quilombos no Brasil estabelecendo conexões com a subjetividade dos sujeitos negros e negras. Ademais, pontuou uma continuidade histórica “dos quilombos às favelas”. Carolina Maria de Jesus foi habitante da favela do Canindé (SP), onde escreveu sua obra mais conhecida, *Quarto de Despejo* (1960). Outra possibilidade que de conexão ocorreu por meio do conceito de *transmigração* de Beatriz Nascimento, o que viabilizou uma análise das migrações compulsórias de Carolina Maria de Jesus em diferentes regiões do Brasil, tanto como um olhar minucioso sobre suas produções escritas fragmentárias. Em seguida, analisei como os conceitos e categorias de gênero, raça e classe podem ser lidos através de suas obras. Por fim, investigar as contribuições da história vivida e escrita pelas autoras, no que tange aos pensamentos feministas negros.

A proposta de estudo delineada nesta dissertação adveio das possibilidades apresentadas pela pesquisa realizada na monografia de graduação em História¹, no IFG. No texto apresentado naquela oportunidade discuti as aproximações entre literatura e história a partir da análise da trajetória e da produção intelectual da escritora Carolina Maria de Jesus.

O estudo possibilitou compreender, teórica e metodologicamente, os caminhos para o trabalho com fontes e textos produzidos por mulheres negras. Esses registros corroboram na hipótese de que por meio deste tipo específico de escrita, emerge mais um tipo de liberdade/libertação para mulheres negras, antes limitadas pelos desdobramentos do processo de escravização² e, no pós-abolição, pelo racismo e pelo sexismo.

Adiciono minhas aproximações corpóreas com as autoras selecionadas. Nesse sentido, recorro em minha escrita ao suporte teórico-metodológico da “escrevivência”, categoria elaborada pela filósofa e literata Conceição Evaristo: sou uma mulher, negra, periférica e PCD (pois há pouco descobri outra intersecção que me atravessa: o Autismo).

¹ MARTINS, Ana Cláudia Alves. *História e Literatura: uma leitura a partir de “Quarto de Despejo”* (1960) de Carolina Maria de Jesus. Monografia (Licenciatura em História), IFG, 2020.

² É válido ressaltar que se toma por norte os desdobramentos dos processos de escravização da América do Sul, com foco no Brasil. A história da população negra não se inicia nesse momento de maneira global. Para além disto as mulheres negras também possuíam narrativas e deixaram marcas na história anteriormente, por suas ações, por suas narrativas, por suas escritas ou pelas mãos de outrem.

Diante destas especificidades, de antemão agradeço pelas existências e resistências de tantas mulheres negras que me impulsionaram academicamente e, sobretudo, em meu existir.

Para estabelecer estas conexões e concretizar minha proposta de pesquisa, eu dialogo com termos indispensáveis no que tange ao estudo, análise e manuseio de produções negras. Portanto, tomo por base, o racismo estrutural, institucional e epistêmico, sobretudo, pelo estudo e interlocução com duas mulheres negras referenciais nas teorias articuladas pelos pensamentos feministas negros no Brasil. A partir destas discussões outras se sucederam, como por exemplo o racismo ambiental, socioespacial e demais variáveis.

Como postula o intelectual e jurista Silvio Almeida (2019) o racismo é estrutural pois se estabelece nas relações sociais e precisa existir para que haja a perpetuação de um modo de vida desigual operando. A máquina do racismo necessita todos os dias de sua manutenção para que o sistema funcione. Nessa perspectiva, todas as instituições são atravessadas pelo racismo e este também se forma a partir das práticas institucionais.

E, enquanto instituição, a academia também é enviesada pelo racismo. O epistemicídio (CARNEIRO; FISCHMANN, 2005) se constitui enquanto uma das variáveis que atua a seu favor. As instituições, nesse sentido, moldam as mentalidades e os comportamentos sociais.

O racismo estrutural não é somente a discriminação direta da população negra³. O racismo é uma forma de racionalidade e engloba as ações conscientes e inconscientes do cotidiano. Em termos estruturais se desdobra em diferentes âmbitos como na economia, política e no âmbito da justiça (ALMEIDA, 2019). O racismo é estrutural e estruturante das relações sociais. Desse modo, está enraizado e naturalizado na dinâmica social.

A sintomática do racismo veicula na população branca um padrão, uma norma de civilização, de beleza, status e para a população não-branca, o inverso. Além disso, também hierarquiza as opressões. Em outros termos, o racismo se coloca na sociedade enquanto padrão de normalidade e não é, como já se creditou, um “fenômeno patológico” (ALMEIDA, 2019). Esta forma de discriminação, estabelece as normas e regras que se desdobram no privilégio de uns e marginalização de outros. O racismo, acomoda em si,

³ Entende-se aqui como negros os indivíduos que se classificam como pretos e pardos, segundo os dados levantados pelo IBGE.

a violência contra determinados grupos que são historicamente violentados, como a população negra e os povos originários.

O racismo nos faz diariamente não conseguir enxergar a maneira com o mundo é racialmente estruturado e não compreender como as desigualdades estão intrínsecas às relações raciais. É o crime perfeito, que destrói física e psicologicamente a vida de milhões de pessoas no mundo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nós pretos e pardos constituímos 56,1 % da população nacional⁴, todavia ocupamos apenas cerca de 24% de cargos na câmara federal⁵. Esse recorte é ainda mais diminuto se analisarmos apenas as mulheres negras eleitas deputadas, que ocupam 2,5 % dos cargos da câmara. A desigualdade é alarmante, sendo que nós mulheres constituímos mais da metade da população brasileira. A partir destes dados, há que se indagar: quais sujeitos estão representando o interesse da maioria? Um debate sobre políticas públicas, de caráter reparatório dos efeitos da escravização e do racismo multissecular, composto majoritariamente por pessoas brancas, é efetivo? Os reflexos do racismo na hierarquização das opressões, faz com que raramente se altere as posições dos sujeitos dentro da escala social. Inviabiliza a movimentação dos corpos negros e periféricos de forma com que estes não alcancem melhores condições de vida.

Isso ocorre pelos efeitos da produção e reprodução da hegemonia de determinados indivíduos ou grupos. Os privilégios advindos destas articulações quase nunca são colocados em contestação por aqueles usufruem de seus benefícios, diretos e indiretos. A história se repete e apresenta longas continuidades dessas relações raciais assimétricas no Brasil. Dentre as dinâmicas socioespaciais, percebe-se uma clara divisão de espaços permitidos a serem ocupados pelos negros e negras e, quando esta linha é ultrapassada, os grupos hegemônicos realizam suas oposições.

Há um uso indeterminado do poder branco, de elite, em caráter social, econômico e político na distribuição desigual do direito à vida, aquilo que Achille Mbembe (2020) descreve como *necropolítica*. Para um melhor mapeamento destas questões, farei um

⁴ Informação disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/11/19/negros-sao-56percent-da-populacao-mas-presenca-na-camara-federal-ainda-nao-chega-a-30percent-representacao-e-necessaria-para-toda-a-sociedade.ghtml>, acesso em 15/7/2024.

⁵ Instituto Locomotiva. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/estudos/pandemia-na-favela/>, acesso em 11.07.2024.

breve retorno das condições históricas experienciadas pelos grupos subalternizados, sob os quais a pesquisa se detém.

Como bem lembra Conceição Evaristo, nos primórdios da constituição da história brasileira, em hipótese alguma o negro é associado à gênese: o negro era apenas um corpo escravizado (EVARISTO, 2001). A história dos negros e negras no Brasil, desse modo, foi e é cerceada por entraves. A população negra no Brasil se formou a partir do tráfico transatlântico de corpos advindos dos territórios africanos. O país é fundado pelo encontro, sobretudo, violento, das sociedades indígenas, europeias e africanas. Várias populações e grupos foram exterminados nesse processo histórico fundado pela escravização moderna em moldes racializados e violentos. Após a abolição da escravatura, as populações sobreviventes ao primeiro genocídio, foram lançadas à própria sorte. Sem amparo do Estado ou de qualquer outro órgão, negros e negras foram se estabelecendo às margens da sociedade elitista e racialmente dividida.

Para além destas atrocidades, após a eliminação do trabalho compulsório, foi incentivada a imigração de milhões de europeus para compor mão de obra para o trabalho remunerado (agrícola ou industrial). Em raros casos um ou outro sujeito negro conseguiu quebrar as lógicas de exploração das relações trabalhistas e ascender socialmente dentro de uma sociedade altamente hierarquizada. De maneira geral, os grupos subalternizados tiveram de se submeter e presenciar a hegemonia branca, mesmo que apresentando suas resistências. Ainda, no que versa ao campo intelectual e das mentalidades, preponderou a partir da década de 1930, uma narrativa de encontro e convivência harmônica das diferentes etnias no país, a partir das lógicas da miscigenação e da democracia racial. O genocídio perdurou e se revestiu de novos moldes.

Em alguns espaços da sociedade são aceitáveis as heranças negras, como na culinária, na dança ou na música. Todavia no que se refere ao campo intelectual ou da produção científica, a sociedade brasileira transita da dúvida à negação (EVARISTO, 2001) da contribuição de intelectuais negros. E mesmo quando tomados enquanto objeto de estudo a perspectiva não se altera.

O pensador Guerreiro Ramos já alertara que “de um modo geral, os nossos especialistas neste domínio têm contribuído mais para confundir do que para esclarecer os suportes de nossas relações de raça” (RAMOS, 1954, p. 218). Os mesmos sujeitos hegemônicos, em termos de poder, na sociedade, são os que tomam para si a possibilidade de narrar uma história sob suas óticas coloniais e racistas.

Em termos atuais, o contexto pandêmico que o mundo presenciou e, que se iniciou no Brasil em 2020, desvelou ainda mais as desigualdades enfrentadas pela população negra e periférica. Uma pesquisa realizada pelo instituto Locomotiva⁶ mostra que durante a pandemia da COVID-19, em que as medidas sanitárias incluíram o isolamento social e cuidados de higiene, os pretos possuíam 6 pontos percentuais a menos de acesso à água, 16 pontos percentuais a menos de acesso à rede de esgoto. A cada 5 negros, quatro não têm acesso a convênio médico e, 4 de 10 revelam que faltou dinheiro para comprar comida. A fome e a miséria são produtos do racismo e das lógicas eugênicas.

Dado esse processo de exclusão, as mulheres negras foram e são muitas vezes excluídas e vítimas de um silenciamento perverso. No que tange ao campo literário ocupado por Carolina Maria de Jesus, após o sucesso editorial de seu primeiro livro, por exemplo, foi muitas vezes lida como “mais favelada do que escritora”, ou mesmo como a escritora “favelada”, sobressaindo, muitas vezes, sua classe social ou mesmo sua cor. A escritora, em muitas passagens de sua produção, evidencia o tratamento que recebera devido às interseccionalidades que atravessam seu corpo e sua vida (FARIAS, 2017).

Com Maria Beatriz Nascimento, não foi tão diferente. A historiadora, apesar de ocupar outros espaços devido a sua formação, acabou, inúmeras vezes, sendo silenciada dentre os autores cânones da historiografia. Nos programas dos cursos de graduação e pós-graduação ainda pouco se lê sob sua autoria, devido a ação do epistemicídio. Todavia, desejo retomar aqui e dialogar com esta importante ativista, escritora, professora e historiadora que há muito contribui para se pensar o sujeito negro no Brasil.

Esta pesquisa e produção veicula e se insere na perspectiva da História Social e Cultural. Enquanto campo teórico-metodológico utilizarei os suportes da pesquisa e discussão bibliográfica e análise de fontes. As discussões utilizadas se concentram, principalmente, nos diálogos e conexões entre História e Literatura, e mais do que isso, nas ideias, interpretações e reflexões de duas das principais intelectuais negras brasileiras do século XX.

Estes elementos levam à emergência de uma reflexão sobre os lugares possíveis de reconhecimento para corpos negros na sociedade, tendo por pauta os desdobramentos da escravização e subalternização de seus corpos. Essa especificidade, a corporeidade feminina negra, enfatiza-se nas considerações da intelectual Lélia

⁶ Pandemia na Favela - Instituto Locomotiva. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/estudos/pandemia-na-favela/>, acesso em 11.07.2024.

Gonzales, que afirmava: “Mulher negra, naturalmente é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler o jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto tem mais é que ser favelados” (GONZÁLEZ, 1983, p. 226).

bell hooks afirmava que o racismo e o sexismo influenciaram negativamente o reconhecimento das produções de intelectuais negras (hooks, 1995). É sabido ainda que, se em alguns espaços existe algum reconhecimento para a valorização das influências negras e africanas na formação do Brasil, quando se trata do campo intelectual, a sociedade brasileira revela uma posição que vai da dúvida à negação (EVARISTO, 2009). Contudo, apesar do constante silenciamento ou invisibilização, a presença feminina negra foi/é constante na formação histórica social e cultural brasileira.

É desse rol de presenças que emergem as duas intelectuais negras eleitas como interlocutoras nesta pesquisa. Carolina Maria de Jesus: mulher, negra, periférica, mãe de três filhos, cursou somente as duas séries iniciais da escola e que, quando moradora da favela do Canindé em São Paulo (SP), sobrevivia como catadora de materiais recicláveis. Apesar de tais condições, utilizava livros, cadernos e papéis encontrados no lixo para escrever seus diários. Seu primeiro livro, publicado em formato de diário, *Quarto de Despejo*⁷ traz a narrativa de sua trajetória na favela do Canindé.

A escritora representa um marco: uma das primeiras mulheres negras periféricas que é ao mesmo tempo autora e personagem de sua narrativa. Suas produções refletem a realidade de negros e negras, além de pessoas de outras origens racial e social, que viveram na favela do Canindé na segunda metade do século XX. A autora é criadora de uma literatura contundente e impactante, com uma nova estrutura textual que constrói uma representação da vida da pessoa na experiência urbana, a partir de suas margens e fímbrias. Consistindo, também, em uma literatura de cunho social e político, que desvela o racismo estrutural. Perpassa tempo e espaço ao denunciar o lugar oferecido à população negra e periférica, umalógica que perdura até o século XXI: a tentativa de demarcação de espaços possíveis a estes corpos.

Destarte, apoiamos a tese de que a escrita “caroliniana” representa também a história social do Brasil. Essa história compete uma análise advinda de um lugar, de uma

⁷ Publicado originalmente em 1960. Adicionamos que a trajetória da autora não demarca deste período. Antes mesmo de sua maior publicação, a mesma escrevia e compunha artigos, poemas e músicas em jornais.

experiência e de um corpo: mulher, negra e periférica. Assim sendo, o ponto de análise partiu de *Quarto de Despejo* e por meio destes estudos iniciais é inegável a articulação de suas obras com a vida de milhões de mulheres negras, pois sua trajetória autobiográfica/testemunhal se encontra fragmentada em diferentes escritos, o que possibilita o desenrolar deste estudo em se abrir para a investigação minuciosa da continuidade de sua escrita, como tentaremos destacar em algumas de suas outras obras.

Diário de Bitita (1986) possibilita enxergar suas trajetórias na infância. *Onde estaes Felicidade* (2014), relata passagens anteriores à sua instalação no Canindé. Em *Quarto de Despejo* (1960), a autora nos permite ver suas vivências na favela: um retrato de uma das primeiras mulheres negras que *fala* da favela, ainda vivendo nela, a partir de um instrumental até então associado a uma “elite” cultural branca. *Casa de Alvenaria* (1961), contém suas experiências em outras condições, após o sucesso editorial de seu primeiro livro, demonstrando que mesmo sendo reconhecida, os enfrentamentos continuariam. Juntamente à sua trajetória, a autora, em suas obras, cita episódios históricos marcantes, que vão em sentido contrário à história oficial tradicionalista (COSTA, 2007).

Carolina de Jesus relata minuciosamente como foi sua experiência política, econômica, cultural e social, desnudando a história oficial, a partir de sua experiência feminina periférica negra, em suas muitas trajetórias pelo Brasil. Em vários episódios coloca em xeque a história veiculada, como por exemplo a sensação de viver o suposto progresso econômico, que fora sentido por algumas camadas da sociedade brasileira em meados da década de 1950, o que nos viabiliza refletir outras histórias possíveis. Em seus relatos estão contidos traços marcantes desua vida, de suas trajetórias, sua relação com a escrita, com seus filhos e filha e sua percepção dos cenários políticos brasileiros.

Como segundo destaque dessa investigação dialogaremos também com a trajetória e a produção intelectual de Maria Beatriz Nascimento. Ela foi uma historiadora, professora, roteirista, poeta e ativista pelos direitos humanos da população negra. Nascida em Aracaju, Sergipe, migrou para a região Sudeste, na segunda metade do século XX, onde graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e posteriormente lecionou na rede estadual fluminense. Na Universidade Federal Fluminense, especializou-se em História do Brasil. Nesse espaço acadêmico, iniciou o curso de mestrado na UFRJ em comunicação social, todavia seus estudos foram interrompidos pelo seu assassinato em 1995.

Como pontua o professor e geógrafo Alex Ratts (2006) a historiadora traz para o

meio acadêmico e historiográfico uma problemática contundente. Beatriz Nascimento destaca, na segunda metade do século XX, que a história negra vinha sendo escrita por sujeitos não negros e sob o viés da escravidão: “Quando cheguei na universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra pra fazenda e pra mineração” (NASCIMENTO, 1989).

Nesse sentido, assim como outros intelectuais, como Eduardo Oliveira e Oliveira, Hamilton Cardoso, dentro de tantos outros possíveis de se citar, a autora iniciou uma busca investigativa destes sujeitos sob outros olhares. Sua pesquisa historiográfica, trouxe para o centro do debate os quilombos, como sistemas alternativos sociais da escravização, todavia estendendo a relação como modo de viver em África. Outras questões de mesma ordem se adicionaram à estas problematizações: a afetividade de sujeitos não brancos; a continuidade dos quilombos às favelas; a inserção precária das mulheres negras no mercado de trabalho e, também no campo afetivo. A intelectual preconizava, portanto, uma outra história dos sujeitos negros escrita por e para eles.

Nesta dissertação, as conexões sobre as interpretações dessas duas intelectuais ocorrerão por meio dos debates sobre a interseccionalidade das opressões e de como estas duas mulheres negras contribuíram para o entendimento das relações de gênero, raça e classe a partir de suas obras. Dessa forma, em um primeiro momento, proponho um debate com os pensamentos feministas negros, com o intuito de adentrar e fundamentar nossos referenciais, categorias de análise e conceitos, como o de interseccionalidade. Para tal irei lançar mão do diálogo com e entre pensadoras negras referenciais sobre o tema, como Kimberlé Williams Crenshaw, Patrícia Hill Collins, Lélia Gonzales, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, bell hooks.

Em segundo momento, pretendo adentrar a obra das duas autoras, com vistas a compreender os elementos que as unem, destarte, a interseccionalidade das relações e opressões de gênero, raça e classe. Pontuando, assim, as aproximações entre elas. Como essas categorias aparecem em suas obras e em seus escritos? Como os olhares dessas duas mulheres e intelectuais negras nos permitem, a partir do presente, identificar uma tradição crítica do pensamento feminista negro brasileiro, mesmo antes dessa definição tornar-se presente no senso comum? Suas obras nos ajudam a pensar o impacto da intersecção das opressões (raça, gênero e classe) atualmente?

Apesar da vasta e qualificada obra de Carolina de Jesus (em vida e póstuma) irei focar minha leitura em um de seus primeiros textos (mesmo que de forma não exclusiva),

“*Quarto de Despejo*” (1960). Já os textos de Maria Beatriz Nascimento, publicados em artigos e ensaios, permitiram uma incursão mais ampla sobre sua obra. Por fim, pretendo dialogar também com autoras e autores que fizeram suas leituras, debates, produções acadêmicas e outras, acerca das autoras centrais da pesquisa, pensando suas contribuições no campo intelectual e prático.

Para tal análise serão focalizadas duas obras em destaque *Quarto de Despejo* de Carolina de Jesus, livro publicado originalmente em 1960 e, a obra *Eu sou Atlântica* (2006) sob autoria e organização do professor geógrafo Alex Ratts.

CAPÍTULO 1

PENSAMENTOS FEMINISTAS NEGROS E INTERSECCIONALIDADE

A CONSTRUÇÃO DOS OLHARES DE MULHERES NEGRAS SOBRE SUAS HISTÓRIAS E SOBRE AS OPRESSÕES

Eu não sou livre enquanto qualquer mulher não for livre, mesmo quando suas algemas forem muito diferentes das minhas.

Audre Lorde

Quando nós, mulheres negras, experimentamos a força transformadora do amor em nossas vidas, assumimos atitudes capazes de alterar completamente as estruturas sociais existentes. Assim poderemos acumular forças para enfrentar o genocídio que mata diariamente tantos homens, mulheres e crianças negras. Quando conhecemos o amor, quando amamos, é possível enxergar o passado com outros olhos; é possível transformar o presente e sonhar o futuro. Esse é o poder do amor. O amor cura.

bell hooks.

O presente capítulo objetiva apresentar o debate acerca do conceito de interseccionalidade, a partir do diálogo com escritoras/pensadoras que compõem os debates dos feminismos negros a partir de diferentes campos teóricos e experiências de vida. Tomando por norte os conceitos e categorias de análise centrais para nosso trabalho - gênero, raça e classe – a ideia não é definir de forma absoluta como esses três sistemas de opressão operam, mas sim como o olhar dessas mulheres e intelectuais nos permitem estabelecer um diálogo com os textos de Maria Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus. Contudo, antes de iniciar o debate conceitual é de máxima importância ressaltar que em termos acadêmicos, a história desse conceito – interseccionalidade - se difere da sua experiência, isto é, da práxis vivenciada para se chegar a tal conceituação.

Com isso, confere-se a devida notoriedade à ancestralidade de mulheres negras que vieram antes da cunhagem do conceito, dentro dos espaços institucionais acadêmicos. Suas escrituras foram matéria-prima básica para a emergência terminológica.

Algumas dessas mulheres negras não serão citadas nesta pesquisa, devido ao tempo, recorte, as formalidades e burocracias da pós-graduação. Mas o reconhecimento e a celebração as suas ações e contribuições fica registrado.

As problematizações que orientaram a escrita do capítulo foram as seguintes: O que é interseccionalidade? Qual o contexto de surgimento desse conceito/categoria de análise? Quais autoras discutem as conexões entre gênero, raça e classe? Qual a importância da interseccionalidade para os pensamentos femininos negros?

1.1. Em busca de definições: a Interseccionalidade

Interseccionalidade é um conceito que foi desenvolvido no campo da teoria crítica – sobre raça, classe e gênero - para descrever a complexidade das experiências de discriminação enfrentadas por indivíduos que pertencem a mais de uma categoria socialmente marginalizada, como mulheres negras, pessoas LGBTQIA+, com deficiência, imigrantes, de trabalhadores/as.

Pioneira na utilização do termo interseccionalidade, a professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, Kimberlé Williams Crenshaw, pontuou que

Gosto de começar mencionando que a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos. Ele procura também desenvolver uma maior proximidade entre diversas instituições. (CRENSHAW, 2004, p. 8)



Kimberlé Williams Crenshaw. Outubro, 2022. Disponível em: <https://ethics.org.au/big-thinker-kimberle-crenshaw/>

A interseccionalidade emerge como um conceito cada vez mais proeminente nos discursos acadêmicos contemporâneos, tendo conquistado considerável espaço no âmbito dos debates intelectuais, inclusive no contexto brasileiro. Sua primeira conceituação é atribuída a Kimberlé Crenshaw, jurista norte-americana, que o introduziu em 1989 e subsequentemente elaborou reflexões teóricas substanciais sobre o tema. Mas essa questão não é consensual, e, não nos parece ser aqui, um ponto central.

A influência desse conceito é notável, refletindo-se na crescente adoção da interseccionalidade como uma ferramenta analítica, particularmente eficaz na análise de contextos sociais e teorias feministas, ao abarcar categorias para além da dimensão de gênero. O mérito essencial desta abordagem reside na superação de uma perspectiva monocromática na análise das opressões sociais, fato que, sem dúvida, contribui para sua disseminação e consolidação nos estudos contemporâneos.

A interseccionalidade, enquanto estrutura analítica (metodológica e prática), propõe-se a apreender a complexidade das opressões sociais ao reconhecer a simultaneidade e a interconexão de diversas formas de discriminação. Nessa ótica, as manifestações discriminatórias não são abordadas de maneira isolada ou meramente cumulativa, mas sim compreendidas através das interações complexas entre diferentes sistemas de opressão, buscando-se, assim, a compreensão das condições específicas que delas decorrem. Dessa forma, confirmando sua potencialidade analítica a categoria

revela, muitas vezes, uma profunda conexão com as experiências cotidianas das mulheres. Mas, nem sempre, é fácil identificar um fenômeno em uma estrutura de múltiplas opressões.

Por último, vejo esse trabalho como uma tentativa de abordar diferenças entre as experiências efetivas de mulheres negras no dia-a-dia. Todas as pessoas sabem que têm tanto uma raça quanto um gênero, todas sabem que têm experiências de interseccionalidade. No entanto, as leis e as políticas nem sempre prevêm que somos, ao mesmo tempo, mulheres e negras. Por essa razão, esse projeto procura estabelecer uma ponte entre o que é vivenciado na prática e como uma política pública prevê esses problemas. Uma das razões pelas quais a interseccionalidade constitui um desafio é que, francamente, ela aborda diferenças dentro da diferença. (CRENSHAW, 2004, p. 9)

Neste caso Crenshaw defende a necessidade de debater a operação – no campo do direito – da forma como as desigualdades ou discriminação de gênero e de raça operam, hora de forma intercalada, hora de forma combinada. A discutir a ideia da categoria “raça”, a intelectual destaca um episódio em que foi a uma universidade com colegas homens negros e que haviam afirmado que reagiriam a qualquer postura frente ao racismo. Contudo, os organizadores do evento barraram sua entrada por ser mulher, e não houve nenhum questionamento de seus colegas negros acerca do ocorrido.

E enquanto dávamos a volta no edifício para entrar pela porta dos fundos, fiquei pensando que, embora tivéssemos assumido uma postura de solidariedade contra qualquer discriminação racial, essa solidariedade simplesmente havia desaparecido quando ficou claro que a discriminação não era racial, mas de gênero. Nesse momento, assumi um compromisso comigo mesma de entender esse fenômeno. (CRENSHAW, 2004, p. 8)

Tal situação trouxe um incômodo à intelectual, dando ênfase a algumas das grandes questões que permeiam seus estudos: as diversas formas de discriminação; o diálogo entre as diferentes opressões; e, as relações de poder entre gênero e raça. O desafio era incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e à questão

racial ao gênero. Isso significava que precisávamos compreender que homens negros e mulheres negras podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero (CRENSHAW, 2004, p. 9)

A partir da análise da tríade gênero, raça e classe, outras categorias aparecem. Há também outras categorias de discriminação: em função de uma deficiência, da idade etc. A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos (CRENSHAW, 2004, p. 10).

Uma das perguntas que devemos fazer é a seguinte: “O que há de errado com a prática tradicional dos direitos humanos? O que há de errado com a visão tradicional das discriminações racial e de gênero?” Um dos problemas é que as visões de discriminação racial e de gênero partem do princípio de que estamos falando de categorias diferentes de pessoas. A visão tradicional afirma: a discriminação de gênero diz respeito às mulheres e a racial diz respeito à raça e à etnicidade. Assim como a discriminação de classe diz respeito apenas a pessoas pobres. Há também outras categorias de discriminação: em função de uma deficiência, da idade, etc. A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. (CRENSHAW, 2004, p. 9-10)

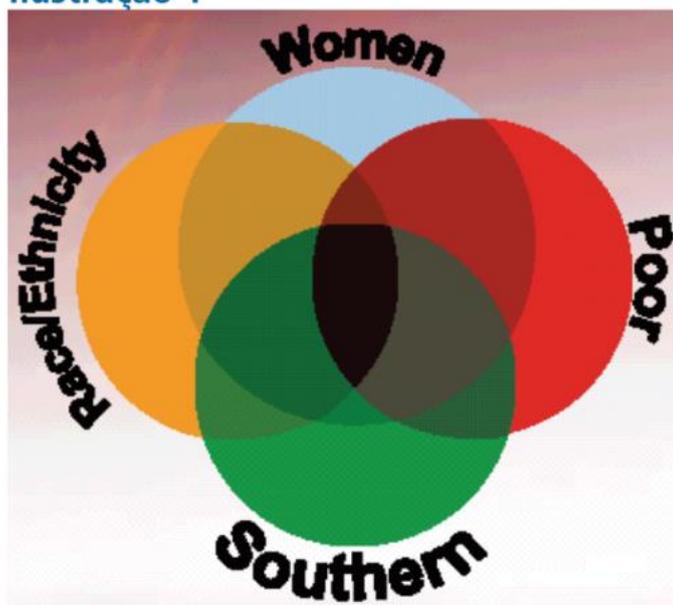
Assim, no que tange à cunhagem do termo interseccionalidade, K. Crenshaw é um dos nomes pioneiros, dentre a vertente de mulheres negras que analisam o conceito. Pode-se acrescentar ainda que o termo pode ser analisado enquanto ferramenta analítica, tanto como paradigma epistemológico e metodológico. Para essa pesquisa nos interessa mais o primeiro uso. Crenshaw (2004, p. 10) procura ser didática na sua abordagem da categoria e apresenta em seu texto diversos exemplos cotidianos (no campo do direito) de como as intersecções das opressões ocorrem. Ela explica que se “uma pessoa imaginar uma interseção, ela visualizará ruas que seguem em direções diferentes – norte-sul, leste-oeste – e cruzam umas com as outras”.

Isso seria o que eu chamo de eixos da discriminação”. Podemos pensar sobre a discriminação racial como uma rua que segue do norte para o

sul. E podemos pensar sobre a discriminação de gênero como uma rua que cruza a primeira na direção leste-oeste. Esses são os sulcos profundos que podem ser observados em qualquer sociedade pelos quais o poder flui. O tráfego, os carros que trafegam na interseção, representa a discriminação ativa, as políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função de sua raça e de seu gênero. (...) os eixos seriam os sulcos profundos criados, ao longo de séculos, por políticas e práticas baseadas na raça e no gênero. A parte ativa é o contemporâneo, aquilo que passa por esses sulcos e efetivamente afeta os que estão na interseção. Se uma pessoa estiver no meio de uma interseção, ela poderá prever que ocorrerão colisões nessa interseção e que provavelmente estará no meio dessas colisões. Portanto, vou falar sobre algumas colisões que afetam as mulheres negras. (CRENSHAW, 2004, p. 11-12)

Para além da ideia dos eixos, Crenshaw, procurou elaborar graficamente essas sobreposições nos sistemas de opressão, como reproduzido na imagem abaixo.

Ilustração 1



Women = Mulheres

Poor = Pobres

Southern = Sulistas

Race/Ethnicity = Raça/Etnicidade

(CRENSHAW, 2004, p. 10)

Crenshaw (2004) defende que existem tanto discriminações que operam apenas nos campos da raça e do gênero. No entanto, há outras, que se direcionam de forma combinada, o que ela denomina de “mista ou combinada”. É, justamente, dirigida às pessoas que foram colocadas nas intersecções dos eixos de opressão. Por tanto, mesmo que homens negros possam sofrer perseguição policial ou com o desemprego, eles estarão protegidos em relação ao gênero. Raça e classe operam como eixos de opressão para homens negros. Mas, mulheres (negras, indígenas ou com outros marcadores étnicos), sofrem com a perseguição policial, o desemprego e a violência sexual, por exemplo.

As discriminações racial e de gênero procuram por mulheres na interseção e as compactam e impactam diretamente. Alguns exemplos são óbvios. As violências racial e étnica contra as mulheres são exemplos de discriminação contra grupos específicos. No contexto dos direitos humanos, todos sabemos o que ocorreu na Bósnia e em Ruanda, onde as mulheres de um determinado grupo étnico foram alvos de violência racial e étnica. Elas foram estupradas e passaram por violências racialmente codificadas. Em todos esses casos, freqüentemente, havia uma propaganda contra essas mulheres antes dos estupros ocorrerem. Por exemplo, a imagem de que as mulheres Tutsi eram sexualmente promíscuas, abertas e fáceis violou seus direitos humanos, antes mesmo de elas serem agredidas fisicamente. (CRENSHAW, 2004, p. 12)

Outra importante contribuição sobre o tema foi dada pela socióloga estadunidense Patrícia Hill Collins (1948), uma renomada pesquisadora que fez contribuições significativas para o estudo da interseccionalidade. O trabalho de Collins sobre interseccionalidade tem sido influente nos campos da sociologia, teoria feminista e teoria racial crítica e ajudou a moldar nossa compreensão da natureza complexa e interconectada da opressão e do privilégio.



Patrícia Hill Collins.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/patricia-hill-collins-pessoas-como-marielle-franco-pagam-preco-mais-alto-na-luta-pela-democracia-24031115>

Em sua obra intitulada, "Interseccionalidade" (2021), produzida juntamente com Sirma Bilge, pontuam que essa categoria é o estudo de como múltiplas identidades sociais, como raça, gênero, sexualidade, classe e habilidades, se cruzam e interagem para moldar as experiências individuais de opressão e privilégio. Por exemplo, uma mulher negra pode enfrentar racismo, sexismo e desigualdade de classe, simultaneamente, o que pode tornar sua vida ainda mais difícil do que a de uma pessoa que enfrenta apenas uma dessas formas de opressão.

Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 16)

Collins e Bilge (2021) defendem, portanto, que os sistemas de opressão estão interconectados e se cruzam, o que significa que as experiências de opressão de uma pessoa não podem ser compreendidas por meio de uma única lente, como raça ou gênero. Em vez disso, elas sugerem que os indivíduos experimentam formas múltiplas e interconectadas de opressão simultaneamente, e que essas experiências são moldadas pelas interseções de suas identidades sociais.

Já a pesquisa analítica e investigativa da categoria interseccionalidade trabalha para reduzir as generalizações e hiper focos em um só desses elementos, quando preponderam apenas um aspecto das opressões, como somente a raça ou a classe. Algumas vezes raça e gênero podem aparecer mais, mas todas as intersecções estão presentes, mesmo que de forma desigual. O que Collins (2021) chama de “saliente”. Isso é um tema profundo do feminismo negro. Mas do que a definição, chama atenção, no texto das autoras uma outra ideia. As autoras defendem que “o que faz com que uma análise seja interseccional não é o uso que ela dá ao termo (...) nem o fato de estar situada numa genealogia (...) nem de se valer de citações padrão, nosso foco deve ser “o que a interseccionalidade faz é não” como se constroem definições sobre a categoria (COLLINS; BILGE, 2021, p. 18).

No entanto, ao conectar e diferenciar as diferentes formas de opressão, a intersecção contribui para a resolução de problemas sociais e combate à violência disseminada contra as “minorias” sociais. Nesse sentido, é possível refletir em políticas específicas para as mulheres negras e trans, que são acometidas de diferentes violências ou mesmo, para as mulheres negras trans e PCD’s, que além de vivenciarem a misoginia, o racismo e a transfobia, são acometidas pelos discursos capacitistas.

Outro elemento de importância presente nas discussões das duas autoras é a de que a categoria interseccionalidade é uma forma de investigação crítica e prática. União de ideias e ações, fundamentais para a sobrevivência cotidiana de vários grupos espalhados no mundo para produzir mudanças e justiça sociais, o que convida as pessoas a “estar no discurso”. Ou seja, mulheres falando sobre misoginia, mulheres e homens PCDs falando sobre capacitismo e assim por diante. Sendo assim, a teoria não é uma categoria pré-existente e de cima pra baixo. Ela emerge das práticas. Se inicia “de baixo” (COLLINS; BILGE, 2021).

O discurso social e político dominante muitas vezes ignora ou apaga as experiências dessas comunidades. A interseccionalidade fornece uma estrutura para entender e abordar suas experiências únicas de opressão. Nesse sentido é de suma

importância centrar nas experiências e perspectivas de comunidades marginalizadas no estudo da interseccionalidade. Esse giro rompe com a ideia de distância do objeto do conhecimento, isto é, com a questão da neutralidade.

Os sistemas de dominação, nesse sentido, operam para silenciar vozes. Muitas são as “imagens de controle” (COLLINS; BILGE, 2021) arquitetadas para produzir discursos racistas, homofóbicos, misóginos, em suma, discursos que produzem mortes psíquicas e físicas de diversos sujeitos nas sociedades desiguais. A reversão deste silenciamento parte da atuação destes mesmos sujeitos silenciados.

A priori, antes de adentrar outras discussões de teorias negras, faz-se necessário pontuar uma discussão pertinente sobre as teorias globais. Algo que Collins e Bilge (2021) chamam a atenção acerca das dominações culturais: as desigualdades entre ocidente e oriente, norte global e sul global. Nessa perspectiva há uma preponderância da valorização, a exemplo, de teóricos e teóricas norte americanos em detrimento dos/as brasileiros/as e africanos/as. Mesmo assim, em diferentes partes do globo o fenômeno foi vivido e pensado por diferentes grupos de mulheres. Para o caro brasileiro as autoras afirmam que

A estrutura interseccional e construção mútua de categorias de identidades permitiu que as afro-brasileiras desenvolvessem uma política identitárias. Nesse caso elas cultivaram uma identidade feminista negra de feições políticas no cruzamento entre racismo, sexismo, exploração de classe, história nacional e sexualidade. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 42)

Dessa forma, nesta escrita “marginalizada” estão presentes autoras e autores de diferentes locais do mundo e, sobretudo autores/as que partem de experiências afrodiaspóricas e de suas vivências plurais, as quais fundamentam as discussões de gênero, raça e classe.

Collins (2015) alerta, em um outro texto, sobre outros dois problemas que ocorrem quando discutimos as opressões: o que ela denomina de “análises somatórias ou aditivas da opressão” e o fato de que, quando operamos com “diferenças dicotômicas” elas “têm de ser hierarquizadas”.

Para mim, devemos afastar nossos discursos de análises somatórias ou aditivas da opressão (...). Essas abordagens são tipicamente baseadas em duas premissas chaves. A primeira é que elas dependem do pensamento dicotômico do ou/ou. Pessoas, coisas e ideias são definidas em relação aos seus termos opostos. Por exemplo negro/branco, homem/mulher, pensamento/sentimento, fato/opinião são definidos como termos opostos. Apesar de todos/as termos identidades “ambas/e” (...), nós seguimos tentando classificar em termos de categorias excludentes, como ou/ou. Eu vivo todos os dias como uma mulher afro-americana – uma experiência específica de raça/gênero. E não estou sozinha. Todas/os têm uma identidade específica de raça/gênero/classe. Pensamentos dicotômicos do tipo ou/ou são especialmente problemáticos quando aplicados a teorias da opressão, porque todo indivíduo deve ser classificado ou como sendo oprimido ou como não oprimido. (COLLINS, 2015, p. 16-17)

Ainda recorrendo ao livro de Collins e Bilge, citamos uma outra relevante consideração acerca das definições sobre a interseccionalidade, quando as autoras defendem, que a categoria, para além de definir um fenômeno de intersecção das opressões, também deva ser pensada como prática da investigação crítica.

A interseccionalidade como forma de investigação crítica invoca um amplo sentido de usos de estruturas interseccionais para estudar uma variedade de fenômenos sociais – por exemplo (...) as filosofias que moldam políticas públicas globais e nacionais e o ativismo social do movimento das mulheres afro-brasileiras – em contextos sociais locais, regionais e globais. A interseccionalidade como prática crítica faz o mesmo, mas de maneiras que, explicitamente, desafiam o *status quo* e visam a transformar as relações de poder. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 53)

Está é uma premissa que Collins parece ser em suas obras sobre a questão do pensamento feminista negro. A necessidade de fazer frente as formas como homens (brancos ou negros) e mulheres brancas interpretam o mundo é algo marcante em sua obra. Neste caso, sua preocupação também se dirige às formas de fazer, pensar e elaborar

conhecimento: as epistemologias. Essa é uma preocupação que temos em comum. Cito um último trecho de seu pensamento para avançarmos como nossa discussão.

O pensamento feminista negro estadunidense, como forma especializada de pensamento, reflete os temas presentes nas experiências afro-americanas. Os temas centrais do pensamento feminista negro, como trabalho, família, política sexual, maternidade e ativismo político, baseiam-se em paradigmas que enfatizam a importância de opressões interseccionais na modelagem da matriz de dominação estadunidense. (COLLINS, 2019, p. 401)

1.2. Outros olhares sobre a interseccionalidade. As teóricas afrodiáspóricas do Sul e do Norte

Não obstante a ampla disseminação deste conceito, especialmente no contexto brasileiro, é recorrente a tendência ao apagamento da história e dos debates teóricos sobre a interseccionalidade, que precederam sua formalização por Crenshaw ou as importantes contribuições de Collins. Este fenômeno é particularmente preocupante quando se considera que as origens da interseccionalidade remontam às lutas sociais/raciais/gênero e às reflexões teóricas das mulheres negras.

Nesse sentido, torna-se imperativo reconhecer a importância de uma análise crítica sobre as origens e os desenvolvimentos da interseccionalidade. Essa análise crítica deve partir do pressuposto de que a preocupação central transmitida pela interseccionalidade já se fazia presente nos movimentos sociais e nos textos teóricos muito antes de sua formalização conceitual e subsequente apropriação pelo meio acadêmico.

Assim, no escopo desta pesquisa bibliográfica, me propus no tópico anterior, a realizar uma tentativa de compreensão sobre como podemos pensar a interseccionalidade. Não busquei esgotar o tema, mas sim realizar um mapeamento introdutório de algumas das diversas perspectivas que informam o surgimento do conceito de interseccionalidade. Minha intenção agora é dialogar com algumas outras autoras, que do Brasil e de outras

partes da afrodiáspora contribuíram para o entendimento das questões relacionadas as opressões de raça, classe e gênero.

Considerarei para isso as contribuições teóricas de intelectuais brasileiras anteriores à 1990 ou à chegada das ideias que pavimentaram o caminho para a consolidação da interseccionalidade, criada pelas autoras estadunidenses. Considerarei também as leituras posteriores, realizadas por autoras afrodiáspóricas, que discutiam essas questões, mas sem se filiar diretamente à categoria da interseccionalidade. Nesse sentido, visa-se não apenas preservar, mas também fortalecer o caráter crítico e reflexivo inerente à interseccionalidade enquanto ferramenta analítica nos estudos contemporâneos.

Começo com uma das mais importantes intelectuais brasileiras do final do século XX: Lélia González (1935–1994). Filósofa, historiadora, socióloga e intelectual, é uma das brasileiras pioneiras que compõe e tece uma leitura/crítica da sociedade brasileira estruturalmente racializada. Ela desempenhou um papel fundamental na luta contra o racismo, o sexismo e outras formas de discriminação no Brasil. Sua vida e obra são marcadas por uma dedicação incansável à promoção da igualdade racial e de gênero.



Lélia Gonzalez

Disponível em: <http://www.forumgespir.sepromi.ba.gov.br/2021/12/20/racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira/>

Lélia Gonzalez se formou em História, Geografia e Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e iniciou um doutorado em Antropologia Social, mas que não foi concluído. Ela também lecionou na PUC do Rio de Janeiro. Lélia era uma ativista política comprometida com a luta contra o racismo e a discriminação racial e de gênero no Brasil. Ela foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) no final da década de 1970, uma organização que teve um papel significativo na mobilização e conscientização da população negra. A intelectual também participou da formação do Partido dos Trabalhadores (PT), e entre 1982 e 1986 esteve envolvida com as eleições, tanto pelo PT, como pelo PDT (Partido Trabalhista Brasileiro). Ela atuou nas mobilizações contra o *Apartheid* sul-africano, fundou a organização *Nzinga* (um Coletivo de Mulheres Negras), em 1983, e esteve em diversos encontros feministas e de mulheres negras no Brasil e no mundo⁸.

Lélia Gonzalez foi uma das pioneiras no desenvolvimento do pensamento feminista negro no Brasil, além de ser uma criativa intérprete da realidade racial no país. Entre outras categorias de análise criou e introduziu o conceito “pretuguês”, fazendo referência aos elementos da cultura africana, os quais foram assimilados na cultura brasileira, sobretudo no que tange à linguagem. Também fomentou o conceito de “amefricanidade”, evidenciando que suas reflexões ultrapassavam as fronteiras nacionais, incorporando elementos que permitiam compreender a dinâmica cultural gerada pela diáspora africana nas Américas (GONZALES, 2020; 1988).

As implicações políticas e culturais da categoria *Amefricanidade* (“*Amefricanity*”) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, lingüístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte, Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de *Amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (...) que é afrocentrada (...). (GONZALES, 1988, p. 76)

⁸ Informações disponíveis em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/lelia-gonzalez/>, acesso em: 10.6.2024.

Seu empenho teórico e político levou-a a, pioneiramente, desenvolver um pensamento interseccional, destacando que a interligação entre gênero, raça e classe resulta em impactos especialmente violentos, sobretudo para as mulheres negras. Ela destacou a interseccionalidade entre raça, gênero e classe social, reconhecendo que as mulheres negras enfrentam formas específicas de opressão que não podem ser compreendidas apenas através de uma lente única. Apesar de o termo ser posterior aos seus escritos, no que tange às teorias críticas negras, a autora já abordava essas questões em suas obras, corroborando para a posteridade. A autora se insere em uma gama de escritoras que buscavam tornar-se mais acessível a discussão sobre o racismo e as outras opressões. Em um dos seus textos mais conhecidos e citados, “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, publicado em 1984, algumas das ideias sobre as múltiplas opressões estão presentes. Sua formulação é pensada para o caso brasileiro, mas suas conclusões são muito próximas das autoras citadas anteriormente.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Conseqüentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta. (GONZALES, 1984, p. 224)

Em outro texto clássico da pensadora brasileira, “Por um feminismo afro-latino-americano”, novamente podemos identificar a presença dos debates que procuram compreender os limites das teorias e dos movimentos sociais que confrontavam as opressões. Lélia afirmava que

É inegável que o feminismo, como teoria e prática, desempenhou um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que, ao apresentar novas questões, não apenas estimulou a formação de grupos

e redes mas também desenvolveu a busca por uma nova maneira de ser mulher. (...) Mas, apesar de suas contribuições fundamentais para a discussão da discriminação com base na orientação sexual, o mesmo não ocorreu diante de outro tipo de discriminação, tão grave quanto a sofrida pela mulher: a de caráter racial. Aqui, se nos reportarmos ao feminismo norte-americano, a relação foi inversa; ele foi consequência de importantes contribuições do movimento negro (...). (GONZALES, 2020)

Na escrita da autora, estão presentes elementos contundentes para desnaturalizar o mito da democracia racial, sendo contrária aos estudos vários autores que no período dominavam o campo dos estudos das relações raciais. Através do carnaval e de outras formas de representatividade negra, pontuou a existência e reafirmava a condição de criatividade e de identidade positiva da população afrodescendente no Brasil.⁹

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALEZ, 1984, p. 225-226)

⁹ É válido ressaltar que, comumente, os brasileiros costumam disseminar que no Brasil não existe racismo, devido a miscigenação e, diferentemente dos EUA ou da África do Sul, não teria existido aqui um *apartheid*, com uma divisão explícita. Contudo, essa ideia perdura até a atualidade, nas redes sociais e em outros discursos, as exigências da população negra são lidas como vitimização, ou seja, como uma falácia.

Lélia Gonzalez faleceu em 1994, mas seu legado vive através das ideias e movimentos que ela ajudou a construir. Ela é lembrada como uma figura importante na história do Brasil, cujo trabalho contribuiu significativamente para a compreensão e combate às formas complexas de opressão enfrentadas pelas comunidades negras e mulheres negras. Em seus escritos, reflete e pontua sobre as imagens construídas sobre os negros e negras no Brasil e nas Américas. Essas imagens acabam sendo (ou podem ser) interiorizadas pelos negros e negras, através das experiências pessoais ou dos efeitos de discursos diversos: filmes, jornais, literaturas, textos acadêmicos, linguagem cotidiana, expressões populares, propagandas, redes sociais dentre tantos outros elementos que permeiam e constituem as dinâmicas sociais. O que resulta, muitas vezes, em um auto ódio e uma baixa autoestima, fazendo com que não nos valorizemos e não consigamos nos imaginar ocupando outro espaço, que não o de servir.

No livro *Lélia Gonzalez Primavera Para as Rosas Negras* (2018), uma coletânea organizada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas que contém textos, entrevistas e outros documentos e escritos da autora, podemos localizar uma outra face da autora: a crítica ao capitalismo, um dos maiores eixos produtores de opressões e desigualdade na modernidade. No prefácio da obra, escrito pela estudiosa Raquel Barreto, Lélia é apresentada como uma intérprete do Brasil, tendo seus escritos sobre o capitalismo brasileiro importado uma importante ótica a partir das questões raciais. Barreto afirmava que “nos textos da década de 1970, aparecem as preocupações de Lélia em analisar o funcionamento e as estruturas do sistema capitalista brasileiro a partir das relações raciais”. Por fim, a apresentadora de Lélia escreve que “um outro ponto importantíssimo em sua análise para a compreensão das intersecções entre o capitalismo e o racismo foi o privilégio racial, que beneficiou aos/as brancos/as de todas as classes sociais” (GONZALES, 2018, p. 12-13).

Obras atuais ou (re)edições recentes de seus trabalhos também divulgam e perpetuam a memória da autora: *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), *Lugar de Negro* (2022), *América Ladina* (2022), entre outros. Tais retomadas demonstram a atualidade e importância das discussões propostas por Lélia González, sobretudo no que versa à interseccionalidade.

No que tange ao conceito de raça, em muitos dos seus estudos a intelectual levanta o debate de como a escravização, estrutural para o sistema capitalista em ascensão, reverberou nas condições da população negra.

Nesse momento, se poderia colocar a questão típica do economicismo: tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas, na verdade, a opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos. (GONZALEZ, 2020, p. 35)

Em seus estudos e análises, a autora pontua, portanto, as faces combinadas das opressões de classe e raça também. Pensando as condições coletivas e históricas as quais os sujeitos negros foram submetidos a uma dupla exploração.

A exploração de classe e a discriminação racial constituem as referências básicas da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado. A experiência histórica da escravidão negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, sejam crianças, adultos ou idosos. (GONZALEZ, 2020, p. 147).

Mas, a autora, não deixa de destacar os efeitos do capitalismo e do racismo para as mulheres negras.

Pelo exposto, talvez se conclua que a mulher negra desempenha um papel altamente negativo na sociedade brasileira dos dias de hoje, dado o tipo de imagem que lhe é atribuído ou dadas as formas de superexploração e alienação a que está submetida” (GONZALEZ, 2020, p. 62).

Outra importante pensadora brasileira, com atuação destacada nas últimas três décadas, e que aborda a questão das opressões de gênero e raça em suas obras, é a filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro (1950). Sua atuação tem ocorrido, principalmente, nos campos dos direitos humanos, da luta antirracista e do Movimento Social Negro. Além de pesquisadora, Sueli foi co-fundadora do *Geledés* — Instituto da Mulher Negra — em 1988, onde atua como diretora. Por fim é uma das principais referências do feminismo negro¹⁰.

Além de ter obtido seu doutorado em 2005, na Universidade de São Paulo, Carneiro é autora de diversos livros e artigos sobre as temáticas raciais, de gênero e das desigualdades sociais. Em sua tese de doutorado, empregou com maestria o termo "epistemicídio" para se referir ao processo de violência simbólica e epistemológica que ocorre quando o conhecimento, as culturas e as formas de saber de grupos historicamente marginalizados são negados, silenciados ou apagados. Sua ênfase era em como esse processo era ainda mais severo com as mulheres negras.



Sueli Carneiro. Foto de Caroline Lima, 2022.

Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/filosofas/sueli-carneiro/>

¹⁰ Informações disponíveis em: <https://www.geledes.org.br/artigo-sueli-carneiro-rompendo-invisibilidades/>, acesso em: 05.04.2024.

Para Carneiro (2005), o epistemicídio é uma forma de opressão que visa manter a hegemonia do conhecimento e da cultura brancos, europeus e ocidentais, marginalizando e desvalorizando os saberes produzidos por mulheres, negros, indígenas e outros grupos subalternizados. Essa negação do conhecimento desses grupos é uma forma de perpetuar o racismo e a desigualdade, pois impede que eles possam participar plenamente da produção e transmissão de conhecimentos.

Demonstrada a existência de um dispositivo de racialidade/biopoder operando na sociedade brasileira como instrumento articulador de uma rede de elementos bem definida pelo Contrato Racial que define as funções (atividades no sistema produtivo) e papéis sociais, este recorte interpretativo localiza neste cenário o epistemicídio como um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade/biopoder. (...) Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. (CARNEIRO, 2005, p. 96-97)

Na prática, o epistemicídio se configura na exclusão de autores e autoras negras nas ementas dos cursos de graduação e pós-graduação, por exemplo, em contraposição, há uma grande valorização de autores e autoras ocidentais, brancos, europeus e sobretudo, as produções de homens. É nesse eixo de análise que se insere o debate aqui presente do que seria os intelectuais cânones, ou seja, que são considerados exemplares, textos de autoridade, os mesmos, que ditam o que é História e o que não, ou é o que é mais válido; e os mesmos que a escrevem e descrevem-na assim (Carneiro, 2005).

Em sua adequação da ideia de epistemicídio para o caso brasileiro, já que a categoria foi criada por um autor europeu, Sueli discute vários processos. Desses, dois nos interessam mais. O primeiro refere-se ao dispositivo de inferiorização dos conhecimentos e saberes africanos e afrodescendentes:

O dispositivo de racialidade, assim, demarca e distribui de forma maniqueísta o bem e o mal entre as raças. Tal concepção buscará abarcar toda a experiência negra africana ou da diáspora e relativizar experiências diaspóricas, contrastantes com os princípios irremovíveis que asseguram a incapacidade crônica de africanos e seus descendentes para civilização, sua menoridade e necessidade de tutela. (CARNEIRO, 2005, p. 107)

O segundo, envolve a questão de gênero. Sueli chega a ele a partir das denúncias sobre as taxas de mortalidade mais altas de mulheres negras em relação às mulheres brancas, da falta de cuidado na atenção primária à saúde e na violência médica (CARNEIRO, 2005, p. 78-87). Mas Sueli, também destaca essa questão a partir do debate sobre a questão intelectual ou a formação acadêmica. Neste caso, seu diálogo é direto com uma das principais autoras do feminismo negro norte-americanos, a pensadora bell hooks.

Bell Hooks assinala nesse contexto a função estratégica que o trabalho intelectual desempenha no rompimento com os vaticínios que excluem os negros da atividade intelectual. Segundo ela, “(...) o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes.” (Hooks, 1995, p. 465). (...) Analisando as posturas de suas alunas negras diante da atividade intelectual, Hooks assim as descreve: “Muitas das alunas negras que encontro têm dúvidas quanto ao trabalho intelectual. Fico pasma com a profundidade do anti-intelectualismo que as assalta, e que elas internalizam. Muitas manifestam desprezo pelo trabalho intelectual porque não o vêem como tendo uma ligação significativa com a ‘vida real’ ou o domínio da experiência concreta.” (...) E Hooks sintetiza as amarras que limitam as possibilidades

intelectuais das mulheres negras: “É o conceito ocidental sexista/racista de quem é ou que é um intelectual que elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual.” (CARNEIRO, 2005, p. 107).

O encontro com os textos de bell hooks parece ser de grande importância para a compreensão, por parte de Sueli Carneiro, do cruzamento entre o epistemicídio (pensado como um dos dispositivos raciais e coloniais de controle e dominação) com a questão de gênero e das mulheres negras. Mas, de alguma forma, a ideia da intersecção das opressões já estava presente nesse debate. Vejamos, como essa outra importante intelectual negra estadunidense nos auxilia na compreensão dessas categorias.

A educadora e filósofa bell hooks (1952-2021) também se insere nas discussões sobre a interseccionalidade. O trabalho de hooks frequentemente aborda questões de poder, raça e das representações, especialmente em relação à maneira como a ideologia cultural elitista e a mídia moldam a percepção que temos uns dos outros e de nós mesmos.



bell hooks.

Disponível em: <https://delfuoco.medium.com/bell-hooks-falar-sobre-amor-n%C3%A3o-%C3%A9-menos-importante-bdc402119eec>

Em sua obra *Olhares Negros: Raça e Representação* (2019) a autora argumenta que a representação é uma questão de poder, porque as pessoas que têm a autoridade de criar e controlar a imagem pública têm o poder de moldar a percepção que temos de grupos específicos e de determinar como esses grupos são vistos e tratados pela sociedade em geral. hooks observa ainda que, historicamente, as pessoas brancas têm tido um poder desproporcional na criação e controle de imagens e representações, o que tem levado a uma representação limitada, estereotipada e prejudicial de pessoas negras e de outros grupos marginalizados.

Uma cultura de dominação exige a autonegação de todos os seus cidadãos. Quanto mais marginalizados, mais intensa a demanda. Uma vez que as pessoas negras, especialmente as mais pobres, são bombardeadas por mensagens de que não temos valor, de que não somos importantes, não é de surpreender que caiamos na armadilha do desespero nihilista ou nas formas de vício que fornecem um escape momentâneo, ilusões de grandeza e libertação temporária da dor de encarar a realidade. (...) Não podemos nos dar valor do jeito certo sem antes quebrar as paredes de autonegação que ocultam a profundidade do auto-ódio dos negros, a angústia interior, a dor sem reconciliação. (hooks, 2019, p. 62)

Neste caso, também hooks, defende que para além do recorte racial ou social, a dimensão do gênero é marcante na forma como os sistemas de opressão se estruturam. Ao pensar o campo das representações fílmicas, a autora defende que “mesmo quando a representação das mulheres negras está presente nos filmes, nossos corpos e seres estão lá para servir – aprimorar e manter as mulheres brancas como objeto do olhar falocêntrico” (hooks, 2019, p. 221). Ao mesmo tempo, destaca o quanto esse campo é complexo e multifacetado. As lutas por direitos civis, econômicos e por representação não produziram um discurso ou posturas únicas dentro da população afro-americana. As questões e divisões políticas (conservadores x liberais), de classe, poder e gênero também aparecem com força na população negra. No caso das mulheres negras, essas questões também atravessam suas existências e tornam complexas a compreensão sobre a intersecção das opressões.

Certamente, a experiência coletiva das mulheres negras envolve a luta para sobreviver na diáspora. É a intensidade dessa luta, o medo do fracasso (enquanto encaramos diariamente a realidade de que muitas pessoas negras não conseguem e não estão sobrevivendo) que tem levado muitas intelectuais negras, especialmente dentro do pensamento feminista, a supor de forma equivocada que a força da união só pode existir se a diferença for suprimida e a experiência comum for destacada. Embora os escritos das feministas negras geralmente sejam críticos ao racismo que moldou e definiu os parâmetros de grande parte do movimento feminista contemporâneo, geralmente reiteram, de modo acrítico, princípios importantes do pensamento feminista dominante. (...) Para aquelas mulheres que vivem e trabalham em ambientes predominantemente brancos (...), é apropriado e necessário um projeto político que aborde o racismo branco. Tais esforços não impedem o trabalho simultâneo nas comunidades negras. Evocações de uma ideia “essencialista” de identidade negra tentam negar a extensão das interações entre pessoas negras e brancas, assim como excluem da “negritude” os indivíduos cujas perspectivas, valores e estilos de vida possam divergir de uma ideia totalizante da experiência negra que contempla como negros “autênticos” apenas o povo que vive em comunidades segregadas ou que mantém pouco contato com os brancos. (hooks, 2019, p. 113-114)

Já no livro "*Eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*", bell hooks utiliza a teoria feminista como um meio para a emancipação não apenas da opressão de gênero, mas também do racismo, da exploração de classe e de outras formas de violações presentes na estrutura social (hooks, 2018).

A autora foca sua análise nas relações entre brancos e negros nos Estados Unidos, buscando compreender as múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres negras. Nesse contexto, hooks investiga as estratégias de resistência adotadas por essas mulheres diante da violência estrutural e ressalta o potencial da teoria política feminista como uma ferramenta de libertação para todas as mulheres. Com essa abordagem, a autora desvela as intersecções entre raça, gênero e classe, destacando a importância de uma perspectiva inclusiva e interseccional na luta por justiça social e igualdade de direitos. Na introdução de sua obra, hooks identifica um fenômeno recorrente em que as mulheres negras são

incentivadas a minimizar a opressão de gênero que enfrentam, focando apenas nas formas de violência racial que vivenciam. Ela realiza uma análise das leis de sufrágio nos Estados Unidos, destacando as tensões interseccionais entre raça e gênero que permeiam as relações entre negros e brancos (hooks, 2018).

Nenhum outro grupo na América teve a sua identidade tão rasurada da sociedade quanto as negras. Raramente nos reconhecem como grupo autônomo e distinto dos negros, ou como parte integrante, nesta cultura, do grupo alargado de mulheres. Quando se fala de gentes negras, o sexismo opõe-se ao reconhecimento dos interesses nas mulheres negras; quando se fala de mulheres, a atenção tende a recair nas mulheres brancas. Isto é particularmente flagrante no vasto *corpus* da literatura feminista. (hooks, 2018, p. 25-26)

Em particular, hooks examina o contexto histórico em que as discussões sobre direitos de voto eram proeminentes no movimento feminista, enquanto o governo debatia a possível extensão desse direito não às mulheres, mas aos homens negros. Essa abordagem permite que hooks elucide as complexas dinâmicas de poder e as interseções entre raça e gênero que moldam as experiências das mulheres negras na sociedade americana, evidenciando a necessidade de uma análise interseccional para compreender as formas de opressão enfrentadas por essas mulheres (hooks, 2018).

No primeiro capítulo desta obra, intitulado "Sexismo e a experiência da mulher negra escravizada", hooks contextualiza historicamente as violações enfrentadas pelas mulheres negras durante o período da escravidão. Ela destaca que, além da violência racial, as mulheres negras foram submetidas à objetificação e exploração sexual devido à estrutura patriarcal da sociedade (hooks, 2018).

O trabalho doméstico e reprodutivo foi imposto às mulheres negras, que enfrentavam estupros e assédios, manifestações de poder e dominação que as relegavam à subserviência. hooks analisa como esses atos de violência sexual foram usados como formas de terrorismo institucionalizado, reforçando a posição de inferioridade das mulheres negras.

Quanto às hierarquias assentes apenas na raça, o estatuto social de negras e negros era o mesmo, mas a diferenciação sexista distinguia o destino do homem do destino da mulher. Havia no trabalho um grau de

igualdade social entre sexos, mas em mais nenhuma parte. Muitas vezes negras e negros realizavam exatamente as mesmas tarefas na lavoura, mas mesmo aí as negras não podiam ascender a postos de chefia. Fora do âmbito laboral, na vida cotidiana as escravas eram tratadas diferente dos escravos e, em algumas ocasiões, eram subordinadas dos escravos. (hooks, 2018, p. 82)

Por fim, sua análise histórica revela como a escravidão explorou não apenas o trabalho, mas também os corpos das mulheres negras, utilizando seus úteros para a reprodução em prol do sistema econômico vigente. Essa abordagem destaca as intersecções entre raça, gênero e classe na estruturação das relações de poder, fornecendo uma compreensão mais profunda dos impactos duradouros da escravidão na vida das mulheres negras.

A reprodução era opressiva para todas as escravas negras férteis. As mulheres desnutridas e que trabalhavam em excesso não tinham condições físicas para um parto fácil e ileso. As gravidezes repetidas sem cuidados adequados resultavam em inúmeros abortos e mortes. (...) A exploração sexual em massa de negras cativas era consequência direta da política sexual antimulheres da América colonial patriarcal. As negras, por não terem proteção nem da lei nem da opinião pública, eram alvos fáceis. O racismo era obviamente o mal que decretava o cativeiro das gentes negras, mas era o sexismo que determinava um destino mais duro, mais brutal para a escrava negra que para o escravo negro. (hooks, 2018, p. 77-78)

A penúltima autora que orientará nossas análises sobre as intersecções é a afro-portuguesa Grada Kilomba (1968). Psicóloga, filósofa e artista, a obra de Kilomba impacta por conseguir reunir em seu texto e intervenções múltiplas discussões e dimensões do racismo e do antirracismo. Destacamos aqui o livro "Memórias da Plantação" (2020), que é profundamente pessoal. Nele, Kilomba explora suas próprias memórias e experiências (em Portugal e na diáspora), ao mesmo tempo em que faz uma análise mais ampla do impacto da colonização e do racismo estrutural na vida de pessoas negras em todo o mundo e na Europa, de forma mais específica.



Grada Kilomba, em uma das salas ocupadas pela exposição “Desobediências Poéticas”, na Pinacoteca de SP (2017).

Disponível em: <http://www.omenelick2ato.com/mais/grada-kilomba-rotas-invertidas-para-caminhos-possiveis>

O livro é dividido em quatro seções: "Plantando", "Crescendo", "Colhendo" e "Curando". Cada uma delas aborda alguns aspectos diferentes dos impactos da colonização e do racismo na vida das pessoas negras. Entre os temas abordados estão a violência da escravidão, o papel da linguagem na perpetuação do racismo, a sexualização e exotificação de corpos negros e a necessidade de uma abordagem mais crítica ao conceito de "branquitude" (KILOMBA, 2020).

Kilomba (2020) argumenta que a imagem da mulher negra na sociedade ocidental é moldada por um conjunto de estereótipos e preconceitos que a colocam em uma posição de subalternidade e invisibilidade. Esses estereótipos incluem a hipersexualização, a objetificação, a ignorância e a subserviência. Mas, um dos fenômenos mais marcantes nessas construções da modernidade colonial e na subalternização de mulheres negras é o racismo. Para a pensadora portuguesa o “racismo (...) inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídia, emprego, educação, habitação, saúde” (KILOMBA, 2020, p.76). No entanto, o racismo seria um fenômeno de múltiplas faces: estrutural, institucional, cotidiano, genderezado.

Essa última dimensão do racismo é uma das principais contribuições de Kilomba para essa pesquisa é sua abordagem interseccional, que reconhece a interconexão das opressões de raça, gênero, classe e outras formas de marginalização.

“Raça” não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da “raça”. A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero, e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de “raça” e na experiência do racismo. (KILOMBA, 2020, p. 94)

A pensadora realiza uma crítica aos movimentos feministas brancos que equiparam os fenômenos de opressão, como o sexismo e o racismo. Mesmo que ambos sejam construídos “no senso comum através da referência às diferenças ‘naturais’ e ‘biológicas’”, seria incorreto pensar que o gênero e a opressão racial sejam processos idênticos ou paralelos, já que ambos atingem “grupos de pessoas de forma diferente e, no caso das mulheres negras, eles se entrelaçam” (Kilomba, 2020, p. 100). Kilomba entende que a “luta antirracista” não fez parte das ações feministas no ocidente, já que as mulheres brancas não foram atingidas pela violência racista, mas sim pela opressão de gênero. Além disso, as mulheres negras, acabaram por ser incluídas secundariamente nas lutas contra a opressão, seja no movimento antirracista (homens negros), seja no movimento feminista (branco).

Mulheres *negras* têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o sujeito é o homem negro; um discurso genderizado no qual o sujeito é a mulher branca; e um discurso no qual “raça” não tem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria. (...) as mulheres *negras* habitam um espaço vazio, em espaço que se sobrepõe às margens da “raça” e do gênero, o chamado “terceiro espaço”. Habitamos uma espécie de vácuo. (KILOMBA, 2020, p. 97)

Kilomba (2020, p. 106) também destaca que muitas feministas negras acreditavam que o patriarcado não seria um espaço ocupado plenamente por homens negros, já que a “opressão racial” era compartilhada pelos dois grupos. Feministas brancas discordavam dessa leitura. “Isso sugere, obviamente, uma nova definição de patriarcado que inclua as complexas estruturas de ‘raça’ e gênero” (KILOMBA, 2020, p. 106). Por fim,

A reivindicação de feministas *negras* não é classificar as estruturas de opressão de tal forma que mulheres *negras* tenham que escolher entre a solidariedade com homens *negros* ou com mulheres *brancas*, entre “raça” ou gênero, mas ao contrário, é tornar nossa realidade e experiência visíveis tanto na teoria quanto na história. O movimento e a teoria de mulheres *negras* têm tido, nesse sentido, um papel central no desenvolvimento de uma crítica pós-moderna, oferecendo uma nova perspectiva a debates contemporâneos sobre gênero e pós-colonialismo. (KILOMBA, 2020, p. 108)

A última autora que iremos somar ao nosso referencial também é a uma reconhecida filósofa, ativista política e acadêmica negra estadunidense, Angela Davis (1944). Davis, que é professora emérita do Departamento de Estudos Feministas da Universidade da Califórnia, teve (e tem) um papel fundamental no movimento pelos direitos civis e na luta contra o racismo, o sexismo e a opressão de classe nos EUA e no mundo. Ela é conhecida por seu trabalho na teoria feminista negra, crítica literária e estudos culturais.



Angela Davis.

Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/angela-davis-propoe-a-justica-nao-vingativa/>

Em "Mulheres, Raça e Classe", Davis (2016, 1981) examina as intersecções entre gênero, raça e classe na sociedade americana, oferecendo uma análise profunda das formas como essas opressões se entrelaçam e moldam as experiências das mulheres, especialmente das mulheres negras. A contribuição da autora para nossas reflexões, para além de suas qualificadas leituras sobre raça e gênero, é a inclusão dos aspectos sociais ou da leitura econômica, derivada de sua formação marxista. Por exemplo, quando Davis discute o papel da classe e da raça no começo do movimento pelos direitos das mulheres no século XIX, ela destaca o quanto os abolicionistas não conseguiam perceber o capitalismo como um sistema que reproduzia em suas formas (escravista ou industrial) o racismo e a exploração sobre as mulheres negras.

Como regra, pessoas brancas abolicionistas ou defendiam os capitalistas industriais ou não demonstravam nenhuma consciência de identidade de classe. Essa aceitação sem objeções do sistema econômico capitalista era evidente também no programa do movimento pelos direitos das mulheres. Se a maioria das abolicionistas via a escravidão como um defeito indecente que precisava ser eliminado, a maioria das defensoras dos direitos das mulheres enxergava a supremacia masculina de forma similar – como uma falha imoral de uma sociedade que, em seus demais aspectos, era aceitável. As líderes

do movimento pelos direitos das mulheres não suspeitavam que a escravização da população negra no Sul, a exploração econômica da mão de obra no Norte e a opressão social das mulheres estivessem relacionadas de forma sistemática. (DAVIS, 2016)

Em “Mulheres, Cultura e Política”, Davis (2017) discute de forma crítica a participação das mulheres negras na política e volta a criticar a forma como algumas alianças, silêncios e ausências de supostos aliados têm marcado a trajetória dessas mulheres. Crítica ainda a forma como os estudos de gênero continua a construir uma história dos feminismos sem considerar a luta das mulheres negras. Davis examina ainda as lutas contemporâneas por justiça social na África do Sul, destacando o papel de Winnie Mandela e com foco também nas crianças. Destaca um suposto laço entre movimentos de resistência global e os desafios enfrentados por comunidades marginalizadas em todo o mundo. A intelectual também aborda o legado das icônicas cantoras de blues Gertrude 'Ma' Rainey, Bessie Smith e Billie Holiday, destacando suas contribuições para o feminismo negro e a cultura afro-americana. Por fim, Davis discute também as implicações do racismo e do capitalismo em áreas como a saúde das mulheres negras, na violência contra elas e a questão da família (DAVIS, 2017). Mais uma vez, destaca-se da postura de Davis, uma visão distinta das autoras anteriores, com um marcante discurso que conclama a luta coletiva, com recorte de classe, na superação das opressões. A autora reconhece as especificidades do gênero e da raça, mas não consegue destacar a sua luta (de mulher negra) da classe trabalhadora em todo mundo.

Quando nós, enquanto mulheres afro-americanas, enquanto mulheres de minorias étnicas, continuamos a subir em direção ao empoderamento, erguemos conosco nossos irmãos de minorias étnicas, nossas irmãs e irmãos da classe trabalhadora branca e, efetivamente, todas as mulheres que sofrem os efeitos da opressão sexista. Nossa pauta de ativismo deve abranger uma série ampla de demandas. Devemos exigir empregos e a sindicalização das trabalhadoras não organizadas e, de fato, os sindicatos devem ser compelidos a abordar questões como ação afirmativa, equidade salarial, assédio sexual no trabalho e licença maternidade remunerada. (...) Como mulheres afro-americanas, como mulheres de minorias étnicas em geral, como mulheres progressistas de todas as origens raciais, vamos nos juntar a

nossas irmãs – e irmãos – que por todo o mundo estão tentando criar uma nova ordem socialista – uma ordem que restabelecerá as prioridades socioeconômicas de modo que a busca pelo lucro monetário nunca possa ter precedência sobre os verdadeiros interesses dos seres humanos. Isso não significa dizer que, com o advento do socialismo, nossos problemas vão se dissipar magicamente. Ao contrário, tal ordem social deverá nos oferecer a oportunidade real de ampliar nossas lutas, com a garantia de que um dia seremos capazes de redefinir os elementos básicos da nossa opressão como inúteis resquícios do passado. (DAVIS, 2017)

Em seu livro "A liberdade é uma luta constante" (2018), Angela Davis revisita e atualiza sua compreensão sobre a interseccionalidade, afirmando que

(...) é evidente que a interseccionalidade – ou os esforços de reflexão, análise e organização que reconhecem as interconexões entre raça, classe, gênero e sexualidade – evoluiu consideravelmente nas últimas décadas. Vejo minha obra não como o reflexo de uma análise individual, mas sim como uma percepção, dentro dos movimentos e coletivos, de que não é possível separar as questões de raça das questões de classe e das questões de gênero. (DAVIS, 2018, p. 33)

Essas são apenas algumas das temáticas mais conhecidas das obras Ângela Davis, mas ela tem uma vasta produção acadêmica e ativista que abrange uma ampla gama de temas relacionados à justiça social, direitos humanos e lutas por liberdade e igualdade. Ao longo de sua carreira, Davis tem sido uma crítica contundente da opressão de gênero, raça e classe. Para nossas reflexões destacamos que ela argumenta que essas formas de opressão estão interconectadas e devem ser entendidas como parte de um sistema maior de dominação e exploração (o capitalismo). Ela também é conhecida por sua defesa do socialismo e do abolicionismo penal, argumentando que o sistema prisional dos Estados Unidos é injusto e desumano. Davis, por fim, destaca a importância de entender essas categorias de opressão como intrinsecamente ligadas, insistindo que qualquer análise que busque promover justiça social deve abordar essas questões de forma integrada e interdependente. Ou seja, são categorias que se comunicam entre si.

A interseccionalidade, enquanto conceito e prática, conforme articulada por autoras negras como Kimberlé Crenshaw, bell hooks, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, Lélia Gonzales e Angela Davis, é uma ferramenta analítica essencial para entender as múltiplas formas de opressão que se entrelaçam e afetam as vidas das mulheres negras. Como analisado, as intelectuais argumentam que uma abordagem interseccional é crucial para construir uma teoria feminista e uma prática política que verdadeiramente aborde as complexas realidades das mulheres negras. Ao reconhecer e analisar as intersecções de raça, classe, gênero e as identidades de mulheres negras, a interseccionalidade proporciona uma compreensão mais completa das dinâmicas de poder e das desigualdades sociais, promovendo uma luta mais inclusiva e eficaz por justiça e igualdade.

Para além da cunhagem da terminologia, as experiências históricas das mulheres negras antecessoras foram fundamentais para a emergência de uma abordagem interseccional. As vivências dessas mulheres, desde a escravidão até os movimentos pelos direitos civis, têm demonstrado as complexidades das opressões interligadas. Aqui no Brasil, no pós-abolição, um dos momentos de maior destaque ficou com as contribuições de intelectuais negras que se engajaram na resistência à Ditadura militar e a luta antirracista e antissexista. No campo social, jurídico e econômico, as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras revelam as falhas nos sistemas de direitos humanos.

Essas mulheres, muitas vezes à margem tanto dos movimentos feministas tradicionais quanto dos movimentos pelos direitos civis ou antirracistas, enfrentaram múltiplas camadas de discriminação. Suas lutas e resistências são testemunhos vivos da necessidade de uma análise interseccional. Exemplos históricos incluem as sufragistas negras que lutaram por direitos de voto não apenas como mulheres, mas também como pessoas negras enfrentando o racismo institucional. Na prática política, a interseccionalidade tem sido aplicada para promover políticas públicas mais justas e inclusivas.

Políticas que reconhecem as intersecções de identidade têm o potencial de abordar as desigualdades de maneira mais eficaz. Por exemplo, programas de ações afirmativas que consideram tanto o gênero quanto a raça podem ajudar a corrigir as disparidades educacionais e econômicas que afetam as mulheres negras.

Organizações de direitos humanos e grupos feministas interseccionais trabalham para dismantlar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades. Essas práticas incluem a defesa para reformas legais que protejam as mulheres negras da violência de

gênero e do racismo, e iniciativas comunitárias que promovam a educação e o empoderamento das mulheres negras.

CAPÍTULO 2

INDISCIPLINANDO OS CÂNONES

MARIA BEATRIZ NASCIMENTO E CAROLINA MARIA DE JESUS COMO INTÉRPRETES DO BRASIL

2.1. Pensando sobre Gênero, Classe e Raça com Beatriz e Carolina

A priori e utilizando a metodologia da escrevivência, justifico a escolha do tema do segundo capítulo devido à importância da denominação "intérpretes" para esta pesquisa. Por muitos anos, a escrita e a produção intelectual negra foram marginalizadas nos diversos espaços que compõem a sociedade brasileira. Na história escrita do Brasil do século XX, os intérpretes frequentemente pertenciam a outros grupos raciais (brancos), de gênero (homens) e a outras camadas sociais e discursivas, que, embora tenham revelado aspectos significativos da história do país, não esgotaram a multiplicidade e diversidade de narrativas existentes. Ao pensar e escrever a história, é essencial considerar essas diferentes narrativas e reconhecer que a história vivida e as histórias escritas pela população afrodescendente ainda necessitam de análises inclusivas e que considerem suas visões de mundo e contribuições para a história brasileira. Quando pensamos essas experiências a partir das intersecções de raça, gênero e classe, essas questões se acentuam. A fala e a escrita de mulheres negras sempre se fizeram presentes, mesmo que não lidas ou ouvidas por alguns grupos. As experiências e interpretações sobre nossa sociedade, produzidas nas obras de Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus são frutos desses olhares plurais, qualificados e necessários.

Para compreender plenamente as experiências vividas por indivíduos afrodescendentes, é crucial incluir suas próprias vozes nos discursos históricos. Carolina Maria de Jesus e Beatriz Nascimento exemplificam este rol de escritoras que narraram suas histórias, dores, angústias, objetivos e alegrias. Elas marcam uma ruptura valiosa ao transcenderem à posição de objetos do conhecimento para se tornarem sujeitas produtoras de conhecimento.

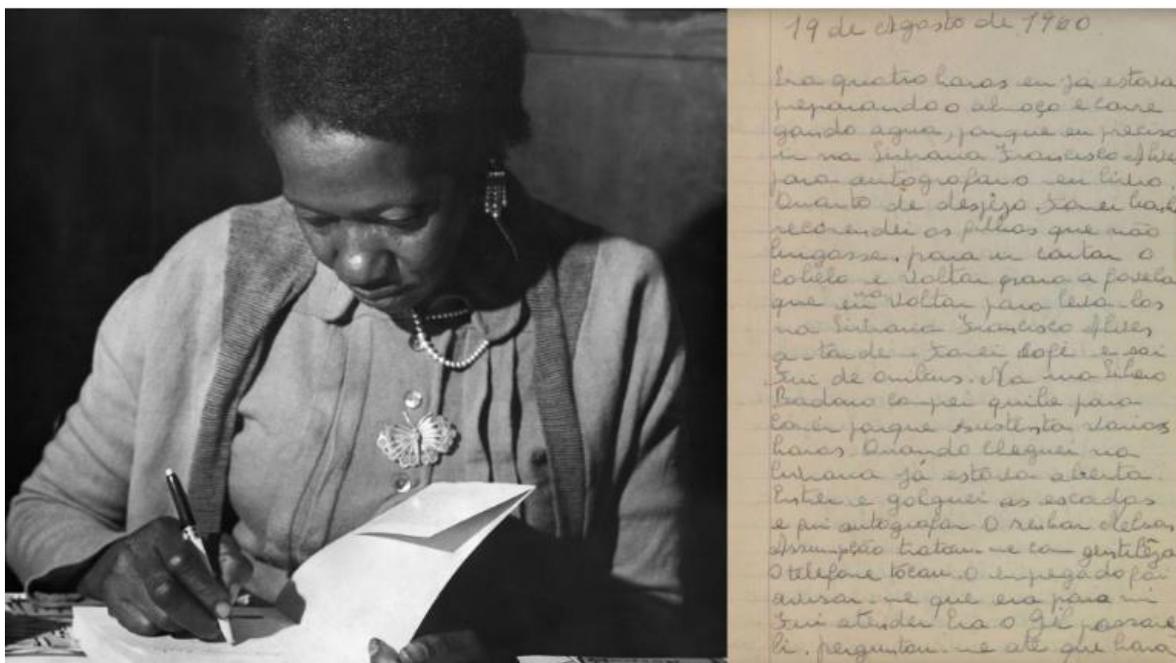
Ao destacar que as autoras não devem ser reduzidas apenas às suas produções, reconheço que seus valores humanos são infinitamente mais profundos e complexos. Este capítulo visa analisar a interseccionalidade nos pensamentos feministas negros através do diálogo com suas produções, que expressam uma parte significativa de suas existências. Carolina de Jesus e Beatriz Nascimento não apenas documentaram suas experiências pessoais, criticaram as estruturas, interpretaram suas histórias e as histórias coletivas, mas também desafiaram as narrativas dominantes e contribuíram para a construção de uma nova perspectiva histórica que valoriza as vozes e experiências das mulheres negras.

Por fim, Beatriz e Carolina, não apenas são as protagonistas principais de suas vidas e trajetórias, marcadas pelas violências e opressões que atravessam nossa história. Elas são também produtoras de interpretações e críticas. Buscam entender as si mesmas, mas também buscam compreender as narrativas de milhões de outras mulheres e homens que tiveram suas vidas, no presente e no passado, escritas pela resistência, pela (re)existência e pelo desejo de viver.

2.2. O PENSAMENTO DE CAROLINA MARIA DE JESUS

13 DE MAIO Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. E o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. ... Nas prisões os negros eram os bodes espiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz. Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim, mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair...Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: —Viva a mamãe!

(JESUS, 2014)



Carolina Maria de Jesus autografando seu livro *Quarto de Despejo*, em 1960.

Fonte: <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/o-aniversario-de-quarto-de-despejo-de-carolina-maria-de-jesus/>, acesso em 15/07/2024.

Nossa primeira intelectual tem uma obra qualificada e variada. Alguns de seus textos foram publicados em vida, outros de forma póstuma. Listamos a seguir uma parte de suas obras:

- *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada* (1960)

- *Quarto de Despejo: Carolina Maria de Jesus cantando suas composições* (1961) - RCA Victor, álbum musical.
- *Casa de Alvenaria: Diário de uma ex-favelada* (1961)
- *Pedaços de Fome* (1963)
- *Provérbios* (1965)
- *Um Brasil para Brasileiros* (1982)
- *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (Memórias).
- *Meu Estranho Diário*. São Paulo: Xamã, 1996.
- *Antologia Pessoal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

Carolina Maria de Jesus nasceu no interior de Minas Gerais, em 1914. Era neta de pessoas escravizadas. Sua mãe, que era analfabeta e lavadeira, teve oito filhos. Com ajuda de uma das mulheres para quem sua mãe prestava serviços, ela frequentou uma escola, cursando até a segunda série do primário. Mesmo, com uma curta passagem pelo ambiente escolar, ela criou um enorme hábito pela leitura e pela escrita. Sua família migrou por alguns lugares ao longo dos anos. Com 16 anos foi morar em uma fazenda em São Paulo, e trabalhou como lavradora até os 23 anos, quando sua mãe faleceu. Ela então se mudou para a capital do estado e começou a trabalhar como faxineira. No final da década de 1940 (entre 1947 e 1948) passou a viver na favela do Canindé, às margens do rio Tietê, onde construiu sua casa com material reciclado, sendo o local em que residiu por muitos anos com seus três filhos. Trabalhou como catadora de materiais recicláveis pelas ruas de São Paulo, coletando papéis e ferros, sendo essa sua fonte de renda. Seu gosto pela leitura e pela escrita nunca desapareceu. Ela lia diversos livros e textos que recolhia no seu trabalho. Ela tornou-se uma excepcional memorialista e registrava seu cotidiano em cadernos que recolhia do lixo. No final dos anos 1950, em uma reportagem sobre a favela do Canindé, o jornalista Audálio Dantas encontrou com Carolina e teve um primeiro contato com seus escritos. Na sua reportagem o jornalista utilizou trechos dos textos escritos por Carolina. Em 1960 seus primeiros escritos foram publicados no livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Em pouco tempo suas vendas atingiram mais de 100 mil exemplares. Carolina publicou ainda, em vida, outros três livros - *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de Fome* (1963), *Provérbios* (1963). Suas obras foram publicadas em mais de 16 línguas, vendidas em 40 países. Estima-se que mais de três

milhões de seus livros tenham sido vendidos. Carolina Maria de Jesus faleceu aos 62 anos, em 1977, devido a insuficiência respiratória, causada por uma crise de asma¹¹.

Analisar as categorias Gênero, Raça e Classe nas obras de Carolina de Jesus envolve examinar como ela lida com essas questões no seu cotidiano, em seu imaginário e como possibilidade de crítica as estruturas que nos formam. Partindo de sua própria vivência, especialmente no contexto de sua vida como mulher negra e pobre na favela do Canindé, Carolina produz um pensamento crítico de indiscutível qualidade e sensibilidade. Desse modo, levar em consideração seu contexto histórico-social, suas vivências, seu olhar crítico e sua capacidade de análise social, por meio de sua escrita, é um desafio. Como sua obra é variada e densa, nossa análise irá se concentrar sobre o seu primeiro livro, *Quarto de Despejo*. Espero ter a oportunidade de uma pesquisa futura ampliar meu olhar sobre o conjunto da sua obra. A seguir alguns apontamentos que corroboram nossa análise.

O olhar sobre o Gênero

Carolina Maria de Jesus escreveu a partir de sua própria experiência como mulher negra vivendo em uma favela de uma grande cidade brasileira. Sua perspectiva é única e fornece uma visão íntima dos desafios enfrentados por milhares de outras mulheres em circunstâncias semelhantes. Analisar a categoria gênero em sua obra envolve entender como suas experiências pessoais moldam sua escrita e influenciam a representação de questões de gênero, tanto sobre si como de outras mulheres.

Em *Quarto de Despejo* (1960; 2014), a autora aborda temas como a maternidade, a violência doméstica, o trabalho árduo e a busca por dignidade e respeito. Essas temáticas revelam a luta e a resistência de uma mulher negra pobre sobrevivendo na favela do

¹¹ As referências sobre sua biografia foram acessadas nos seguintes sites: <https://www.politize.com.br/carolina-maria-de-jesus/>; <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>; e <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/08/18/quem-foi-carolina-maria-de-jesus-uma-das-mais-importantes-escritoras-do-brasil.ghtml>.

Canindé. A análise de gênero deve considerar como essas questões são apresentadas e o que elas revelam sobre o papel social das mulheres nessa sociedade.

Na obra referenciada há um grupo de mulheres que, moldadas pelas adversidades da vida, tiveram de agir conforme suas possibilidades, baseando-se em referências diferentes. Carolina de Jesus, devido à sua posição marginalizada, navegava entre comportamentos que ela via como dignos de uma mulher que tinha alguns hábitos distintos do ambiente em que vivia, como a escrita: “Mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo. Sei dominar meus impulsos” (JESUS, 2014, p.16). Assim, relata que tentava se diferenciar dos comuns comportamentos das mulheres na favela. Carolina, embora muitas vezes pudesse reproduzir estereótipos sobre a vida das mulheres na favela, expunha a violência que elas sofriam (inclusive ela mesma) naquele ambiente hostil, sem proteção digna do Estado, sem a ajuda (mesmo que potencialmente opressiva) de um homem para contribuir com o sustento familiar (ela teve três filhos de pais diferentes e se separou de todos eles), e sem os recursos básicos para a sobrevivência.

Suas leituras sobre as desigualdades produzidas pelas diferenças de gênero podem ser observadas em diversos trechos de *Quarto de Despejo*. Muitas vezes sua escrita evidencia de forma explícita as intersecções das opressões. Classe e gênero são presenças marcantes em seus textos.

Quando eu era menina, meu sonho era ser homem para defender o Brasil, porque eu lia a História do Brasil e via que havia guerras. Só encontrava nomes masculinos como defensores da pátria. Então eu dizia para a minha mãe: - Porque a senhora não faz eu virar homem? Ela dizia: -Se você passar por debaixo do arco-iris você vira homem. Quando o arco-iris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-iris estava sempre distanciando. Igual os políticos distante do povo. Eu cançava e sentava. Depois começava a chorar. Mas o povo não deve cançar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo. Eu voltava e dizia para a mamãe: - O arco-iris foge de mim. (JESUS, 2014, p. 53-54).

Observa-se em sua narrativa os estereótipos como a exclusão social das mulheres de determinados espaços. Contudo, apesar das adversidades, Carolina Maria de Jesus demonstra uma notável autonomia e resistência. Ela desafia as normas de gênero ao se afirmar como escritora e intelectual, mesmo sem o apoio ou reconhecimento inicial ou desfrutando dos lucros gerados pela venda de seus livros. Nos textos de Carolina, a representação dos homens também merece reconhecimento. Muitas vezes, eles são descritos em papéis de autoridade ou opressão, mas também como companheiros de luta ou com elogios. Analisar essas representações pode fornecer *insights* sobre as dinâmicas de gênero em sua obra.

(...) Eu preparava para deitar quando surgiu a Duca, que pediu-me para eu dar parte do senhor Manoel, porque ele comprou uma televisão e a televisão captava toda a força elétrica e deixava favela sem luz. Equívoco. A televisão não estava ligada. Coisa que nunca hei de fazer é difamar o senhor Manoel. E o homem mais distinto da favela. Ele está aqui já faz 9 anos. Sai de casa e vai para o trabalho. Não falta ao serviço. Nunca brigou com ninguém. Nunca foi preso. Ele é o homem mais bem remunerado da favela. Trabalha para o Conde Francisco Matarazzo. (JESUS, 2014, p. 123).

Ao descrever sua rotina diária, expõe as dificuldades específicas enfrentadas pelas mulheres, como a luta para alimentar e cuidar de seus filhos em meio à pobreza extrema. Ela documenta a violência doméstica e a falta de oportunidades para as mulheres, mas também celebra a força e a resiliência das mães e trabalhadoras. Sua própria jornada como mãe solteira que encontrou uma voz através da escrita é um testemunho poderoso da resistência feminina.

Carolina também revela um olhar sobre os papéis ou lugares do gênero construídos por normas do patriarcado ou sexistas. Uma mulher que revela, portanto, os limites impostos pela sua educação, pelas suas origens, por suas relações pessoais e por suas visões de mundo. As questões envolvendo o casamento, as relações sexuais, a infidelidade e os comportamentos esperados de mulheres também atravessam sua escrita.

30 DE DEZEMBRO ... Quando eu fui lavar as roupas encontrei com algumas mulheres que estavam comentando a coragem da Maria, companheira do baiano. Que se separaram e ela foi viver com outro

baiano, seu visinho. A língua das mulheres é um pavio. Fica incendiando. (JESUS, 2014, p. 123).

22 DE OUTUBRO ... O Orlando veio cobrar a água — 25 cruzeiros. Ele disse-me que não admite atraso com ele. Dei o jantar aos filhos, eles foram deitar-se e eu fui escrever. Não podia escrever socegada com as cenas amorosas que se desenrolavam perto do meu barracão. Pensei que iam quebrar a parede! Fiquei horrorizada porque a mulher que estava com o Lalau é casada. Pensei: que mulher suja e ordinária! Homem por homem, mil vezes o esposo. Creio que um homem só chega para uma mulher. Uma mulher que casouse precisa ser normal. Esta história das mulheres trocar-se de homens como se estivesse trocando de roupa, é muito feio. Agora uma mulher livre que não tem compromissos pode imitar o baralho, passar de mão em mão. (JESUS, 2014, p. 123).

Em outras passagens marcantes em sua escrita retratam os assédios sofridos por mulheres pobres e negras nas favelas paulistas. Um comportamento de se repete em diferentes contextos e momentos no seu texto e que reproduz uma lógica sexista de homens (negros ou brancos, ricos ou pobres) em relação ao corpo de mulheres negras.

Fui no senhor Eduardo comprar querosene, óleo, e tinta para escrever. Quando eu pedi o tinteiro, um homem que estava perto perguntou-me se eu sabia ler. Disse-lhe que sim. Ele pegou o lapis e escreveu:
A senhora é casada? Se não for quer dormir comigo?
Eu li e entreguei-lhe, sem dizer nada. (JESUS, 2014).

— Dona Carolina, eu gosto muito da senhora. A senhora quer escrever muitos livros?

— Oh, se quero!

— Mas a senhora não tem quem te dê nada. Precisa trabalhar.

— Eu preciso trabalhar e escrevo nas horas vagas. — Eu vejo que a sua vida é muito sacrificada. — Eu já estou habituada.

— Se a senhora quiser ficar comigo, eu peço esmolas e te sustento. E de dinheiro que as mulheres gostam. E dinheiro eu arranjo para você. Eu não tenho ninguém que gosta de mim...

Eu sou aleijado. Eu gosto muito da senhora. A senhora tá dentro da minha cabeça. Tá dentro do meu coração.

Quando ele ia me dar um abraço, afastei. (JESUS, 2014, p. 150).

Em alguns trechos gênero, raça e assédio também se associam.

Comprei pão. Quando cheguei na favela tinha um português vendendo miudo de vaca. Comprei meio quilo de bucho. Mas eu não gosto de negociar com português. Eles não tem educação. São obscenos, pornográficos e estúpidos. Quando procura uma preta é pensando explora-la. Eles pensam que são mais inteligentes do que os outros. O português disse para a Fernanda que lhe dava um pedaço de fígado se ela lhe aceitasse. Ela não quis. Tem preta que não gosta de branco. Ela saiu sem comprar. Ele deixou de vender por ser atrevido. (JESUS, 2014, p. 78).

As disputas entre as mulheres, a falta de sororidade ou solidão também figuram na sua escrita. A narrativa de Carolina sobre a vida e a relação com as mulheres da favela também é tensa e muito crítica.

... Quando nasceu a Vera eu fiquei sosinha aqui na favela. Não apareceu uma mulher para lavar minhas roupas, olhar os meus filhos. Os meus filhos dormiam sujos. Eu fiquei na cama pensando nos filhos, com medo deles ir brincar nas margens do rio. Depois do parto a mulher não tem forças para erguer um braço. Depois do parto eu fiquei numa posição incomoda. Até quando Deus deu-me forças para ajeitar-me. (JESUS, 2014, p. 46).

Por fim, a violência de gênero também aparece no cotidiano da favela e nas vidas das mulheres, e marca também as memórias e escritas da autora. Fosse em sua face econômica, simbólica, na educação dos filhos, na exploração do trabalho das mulheres, de origem sexual ou física. Carolina relata um cotidiano duro, mas que, talvez, marque a vida de outras muitas mulheres negras no país.

26 DE JULHO ... Era 19 horas quando o senhor Alexandre começou a brigar com a sua esposa. Dizia que ela havia deixado seu relógio cair no chão e quebrar-se. Foi alterando a voz e começou a espancá-la. Ela pedia socorro. Eu não impicionei, porque já estou acostumada com os espetáculos que ele representa. A Dona Rosa correu para socorrer. Em um minuto, a notícia circulou que um homem estava matando a mulher. Ele deu-lhe com um ferro na cabeça. O sangue jorrava. Fiquei nervosa. O meu coração parecia a mola de um trem em movimento. Deu-me dor de cabeça. (JESUS, 2014, p. 160)

Analisar a categoria gênero na obra de Carolina Maria de Jesus envolve uma abordagem multifacetada que considera sua experiência pessoal, a representação das mulheres e homens, e a forma como ela desafia as normas sociais através de sua escrita. Identificar e analisar os temas centrais relacionados ao gênero em sua obra, como maternidade, violência de gênero, sobrevivência, e solidariedade feminina, corroboram para a compreensão de sua perspectiva sobre as questões de gênero.

O olhar sobre a ideia de raça

Analisar a questão da raça na obra de Carolina Maria de Jesus envolve examinar como ela aborda e representa as experiências e desafios enfrentados pela população negra no Brasil, especialmente as mulheres negras, bem como sua narrativa de ser uma mulher negra, mãe e pobre na favela do Canindé. Nesse quesito alguns aspectos e abordagens podem ser considerados.

A análise da questão racial na obra de Carolina Maria de Jesus deve começar pelo contexto histórico e social em que ela viveu e escreveu. Na primeira metade do século XX, o Brasil ainda estava lidando diretamente com as consequências da escravidão. A segregação racial era evidenciada no mundo do trabalho, nas condições da vida, na violência policial, nas oportunidades (será que algo mudou?). Carolina, como mulher negra e pobre, enfrentou muitas barreiras que moldaram suas experiências e sua escrita. Frequentemente descrevia suas experiências com o racismo em suas obras. Uma análise

detalhada pode explorar como essas experiências influenciam sua percepção de si mesma e de sua comunidade. Seus escritos muitas vezes revelam o impacto do racismo estrutural e pessoal em sua vida cotidiana.

Em "*Quarto de Despejo*", Carolina descreve a vida na favela, onde muitos moradores são negros. Ela documenta as lutas, a resiliência e a solidariedade dentro da comunidade negra. Analisar como ela representa essas dinâmicas pode fornecer insights sobre a identidade racial e as relações sociais. Carolina Maria de Jesus também exemplifica a resistência e a autonomia através de sua escrita e vida. Ela desafia as expectativas sociais e raciais ao se afirmar como escritora e documentarista de sua própria vida e comunidade. Sua determinação em escrever e publicar seus diários é uma forma de resistência contra a marginalização racial.

Carolina expõe o racismo estrutural que perpetua a pobreza e a desigualdade. Ela descreve como a falta de acesso à educação, emprego e moradia dignos e justos afetava desproporcionalmente os negros. Analisar suas observações e críticas ao sistema social e político pode revelar como ela entende e desafia essas injustiças. A violência e a desigualdade, com recorte racial aparecem em várias passagens da obra da escritora.

11 DE AGOSTO ...Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa arvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata? (JESUS, 2014, p. 108)

Seu posicionamento constitui uma crítica à estruturação do poder racializado, realizando uma ligação direta entre o bem-estar da população negra com a consciência dos sujeitos brancos. Carolina afirma que “o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca não tenho nada com estas desorganizações” (JESUS, 2014, p. 63).

Sobre o dia 13 de maio, a escritora escrevia de forma contundente sua crítica ao papel descrito por uma historiografia conservadora e eurocêntrica que defendia um certo protagonismo branco e a perpetuação das estruturas coloniais e racistas.

13 DE MAIO ... Hoje amanheceu chovendo. E um dia simpático para mim. E o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos... Nas prisões os negros eram os bodes espiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz. (JESUS, 2014, p. 31).

A linguagem e o estilo narrativo de Carolina também são aspectos importantes a serem analisados. Sua escrita direta e realista reflete a vida nas favelas e a brutalidade do racismo. A escolha de palavras e a forma como ela constrói suas narrativas podem ser analisadas para entender como ela expressa suas experiências raciais. Carolina Maria de Jesus frequentemente menciona a discriminação racial que ela e outros moradores da favela enfrentam. Ela descreve incidentes específicos de racismo e comenta sobre a injustiça e a hipocrisia da sociedade brasileira. Sua documentação sobre as condições de vida na favela serve como uma crítica poderosa ao racismo estrutural que mantém os negros na pobreza: "Por que a cor da pele e a condição social influem tanto na vida das pessoas? Quem é branco e rico pode ter todas as delícias do mundo. E quem é negro e pobre pode morrer a míngua" (JESUS, 2014, p. 39). Carolina também revela um olhar panorâmico sobre o efeito do racismo em outros espaços das diásporas e descreve sua própria versão do problema.

20 DE SETEMBRO ... Fui no empório, levei 44 cruzeiros. Comprei um quilo de açúcar, um de feijão e dois ovos. Sobrou dois cruzeiros. Uma senhora que fez compra gastou 43 cruzeiros. E o senhor Eduardo disse:
- Nos gastos quase que vocês empataram. Eu disse:
- Ela é branca. Tem direito de gastar mais. Ela disse-me:
- A cor não influi.

Então começamos a falar sobre o preconceito. Ela disse-me que nos Estados Unidos eles não querem negros nas escolas. Fico pensando: os norte-americanos são considerados os mais civilizados do mundo e ainda não convenceram que preterir o preto é o mesmo que preterir o sol. O homem não pode lutar com os produtos da Natureza. Deus criou

todas as raças na mesma época. Se criasse os negros depois dos brancos, aí os brancos podia revoltar-se. (JESUS, 2014, p. 104).

A ideia de raça ou as referências sobre a questão racial também aparecem em sua escrita por meio dos padrões de beleza e desejo construídos ao longo da história colonial e racista no país. Uma normatividade branca e de beleza de uma suposta estética do desejo surge em diferentes passagens de seu livro. Compartilhada ou não por Carolina, essa percepção sobre o belo, os padrões fenotípicos e a raça refletem uma leitura atenta de como as pessoas operam em seus cotidianos e em suas relações esses padrões.

30 DE AGOSTO ... Passei no Frigorífico, ganhei ossos. Cheguei no depósito, ganhei 10 cruzeiros. Depois circulei pela rua Porto Seguro. Encontrei com aquele moço loiro, alto e bonito. O tipo de homem que as mulheres gostam de abraçar. Ele trabalha no Transporte. Ele parece o Nelson Edy. Ele parou para cumprimentar-me. (JESUS, 2014, p. 100)

... Dei jantar para os filhos e sentei na cama para escrever. Bateram na porta. Mandeí o João ver quem era e disse:

—Entra, negra!

—Ela não é negra, mamãe. É uma mulher branquinha e está com *O Cruzeiro* na mão.

Ela entrou. Uma loira muito bonita. Disse-me que havia lido a reportagem no *O Cruzeiro* e queria levar-me no *Diário* para conseguir auxílio para mim. (JESUS, 2014, p. 149)

Entrecortadas por questões interseccionais, sua narrativa também explora a questão da miscigenação e a questão dos padrões de beleza. Classe e raça conduzem esses olhares sobre o cotidiano da favela do Canindé. Categorias como mulato, branco e negro estão presentes em vários momentos do seu texto. Novamente, não foge à Carolina as formas como a desigualdade, a violência e raça caminham com passos próximos.

... Quando eu estava preparando-me para sair a Dona Alice veio dizer que dois meninos do Juiz estava vagando aqui na favela. Fui ver. Estavam com roupas amarelas. Descalços e sem camisa. Só com aquele blusão em cima da pele. Eles estavam desorientados. Perguntei se queriam café. Responderam que não. Eu entrei e fui preparar para sair

para a rua. O José Carlos acompanhou os meninos. Depois veio perguntar-me se eu podia arranjar umas roupas para os meninos. - Vá chamá-los! Ele foi e voltou com os meninos. Um era mulato claro. Um rosto feio. Um narigão. O outro era branco bonito. Contaram-me os horrores do Juizado. Que passam fome, frio e que apanham ininterruptamente. Perguntaram se eu podia arranjar-lhes umas camisas. Dei-lhes as camisas e as calças. Perguntei-lhes os nomes. O mulato é Antonio e o branco é Nelson. Perguntei-lhes se sabiam ler. Responderam que sim. Dei-lhes café. Falaram que residem na Vila Maria e que tem mãe. Aconselharam meus filhos para ser bons para mim. Que os filhos estão melhor com as mães. Que a coisa melhor do mundo é a mãe. (JESUS, 2014, p. 74-75)

No entanto Carolina também se posiciona sobre o tema, ao elogiar e valorizar sua identidade como mulher negra. A ideia da beleza negra também emerge de sua narrativa. Junto com ela vem a percepção de que o racismo é produto de uma lógica branca/europeia de mundo e sobre as pessoas. Sofisticação e crítica ao racismo embalados numa narrativa sobre o cotidiano.

...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta.

Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta.

... Um dia, um branco disse-me:

- Se os pretos tivessem chegado ao mundo depois dos brancos, aí os brancos podiam protestar com razão. Mas, nem o branco nem o preto conhece a sua origem.

O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (JESUS, 2014, p. 55)

Na sua própria trajetória, ao relatar seu desejo em ser escritora, quando levava suas obras às rádios e aos jornais, a autora destaca o racismo sofrido. Nesse sentido analisar a questão racial na obra de Carolina Maria de Jesus envolve uma compreensão profunda de como suas experiências pessoais e observações sociais são moldadas pela raça.

Para uma melhor compreensão das questões raciais deve-se ter em vista as temáticas envolvidas em sua obra: trabalho, sobrevivência, resistência, maternidade, pobreza, fome, violência estatal, violência doméstica. No que tange ao racismo revela: racismo estrutural, ambiental, socioespacial.

O olhar sobre a classe

Analisar a questão de classe na obra de Carolina Maria de Jesus envolve examinar como ela representa e aborda as dinâmicas sociais e econômicas que afetam a vida dos pobres e marginalizados no Brasil da segunda metade do século XX. A obra de Carolina deve ser entendida no contexto das desigualdades sociais e econômicas do Brasil ao longo do século XX. Sua trajetória de vida cruza um país recém saído da escravidão e passa pelo processo de urbanização e industrialização que levaram à formação de grandes favelas nas periferias das cidades, onde a pobreza extrema era uma realidade cotidiana. As novas formas do capitalismo continuam a esgotar os recursos e vidas de pessoas negras, mulheres e da classe trabalhadora. O descaso dos governantes, a desigualdade e o projeto de um país pensado para e por suas elites emerge de sua escrita.

Carolina Maria de Jesus documenta suas próprias experiências de pobreza e marginalização. Uma análise detalhada pode explorar como essas experiências influenciam sua visão de classe e sua crítica ao sistema econômico. Seu diário, publicado como o “Quarto de Despejo”, oferece uma visão íntima das dificuldades enfrentadas pelos pobres nos grandes centros urbanos brasileiros no século XX.

Hoje estou triste. Estou nervosa. Não sei se choro ou saio correndo sem parar até inconsciente. É que hoje amanheceu chovendo. E eu não saí para arranjar dinheiro. Passei o dia escrevendo. [...] Duro é o pão que

nós comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado (JESUS, 2014, p. 41)

Carolina descreve a vida na favela do Canindé com detalhes vívidos, abordando questões como a fome, a falta de saneamento básico e a violência. Analisar como ela representa essas condições pode revelar como a pobreza afeta todos os aspectos da vida das pessoas que vivem em situações semelhantes bem como elas lutavam para sobreviver. Nos trechos a seguir, a autora demonstra os impactos de sua condição social na sua escrita e na sua visão de cuidado familiar.

Eu não gosto de ver as minhas crias na rua pedindo pão. Trabalho nas ruas, catando papel. Faço tudo para não roubar. Mas não consigo alimentar os meus filhos só com o meu trabalho. Não existe trabalho para mim. (JESUS, 2014, p. 135)

15 DE JULHO DE 1955. Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. (JESUS, 2014, p. 9)

Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para Vera Eunice e os três cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. A vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça. Faz uns dois anos, que eu pretendo comprar uma máquina de moer carne. E uma máquina de costura. (JESUS, 2014, p. 9)

Nos escritos de Carolina há uma crítica constante ao sistema econômico que perpetua a pobreza e a desigualdade. Ela também entende o descaso com o qual diferentes governantes tratam a questão da desigualdade no país. Sua análise é atenta, sensível, sofisticada. O elitismo que marcava a classe política era apresentada como um dos fatores que potencializavam o descaso e a pouca atenção concedida à exploração e a miséria.

Se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Jânio Quadros, O Kubistchek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar pra mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades. (...) O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a amar o próximo, as crianças. (JESUS, 2014, p. 26)

Em várias passagens do livro, Carolina aborda as injustiças e a exploração que os pobres enfrentam. Analisar essas críticas pode revelar suas perspectivas sobre as causas estruturais da pobreza: "Aqui nesta favela, só quem tem o direito de viver é a formiga e o inseto. O ser humano não. O ser humano só tem o dever de trabalhar" (JESUS, 2014, p. 107). A crítica sobre a política também se faz presente: "De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem sua matriz nas favelas e as sucursais nos lares dos operários" (JESUS, 2014, p. 36).

A linguagem direta e realista de Carolina é uma ferramenta poderosa para transmitir a brutalidade da vida na pobreza. Alguns analistas, hoje, chamariam isso de necropolítica, mas para Carolina era um retratado duro da realidade na favela, narrado por uma mulher negra.

Abri a janela e vi as mulheres que passam rápidas com seus agasalhos descorados e gastos pelo tempo. Daqui a alguns meses estes palitol que elas ganharam de outras e que de há muito devia estar no museu, vão ser substituídos por outros. É os políticos que há de nos dar. Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. (...) Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo. (JESUS, 2014, p. 33)

Analisar suas escolhas linguísticas e seu estilo narrativo pode revelar como ela constrói uma imagem autêntica e impactante da vida dos pobres urbanos. Em muitos de seus relatos a autora destaca a fome e seus desdobramentos em sua vida pessoal, resultando em uma luta diária pelo alimento para si e para seus três filhos. Carolina Maria de Jesus descreve sua luta diária para alimentar seus filhos e encontrar trabalho. Ela narra a indignidade de viver na pobreza, mas também mostra momentos de esperança e

resiliência. Sua crítica ao governo e às elites que ignoram os pobres é evidente ao longo do livro. Ela escreve sobre a disparidade entre os ricos e os pobres e como essa desigualdade é perpetuada pelas estruturas sociais e econômicas: "Eles não gostam de ver a gente usar roupas boas. Acham que a favelada não tem o direito de ser vaidosa" (JESUS, 2014, p. 66).

1 DE JULHO ...Eu percebo que se este Diário for publicado vai maguar muita gente. Tem pessoa que quando me vê passar saem da janela ou fecham as portas. Estes gestos não me ofendem. Eu até gosto porque não preciso parar para conversar. (...) Quando passei perto da fabrica vi vários tomates. Ia pegar quando vi o gerente. Não aproximei porque ele não gosta que pega. Quando descarregam os caminhões os tomates caem no solo e quando os caminhões saem esmaga-os. Mas a humanidade é assim. Prefere vê estragar do que deixar seus semelhantes aproveitar. Quando ele afastou-se fui pegar uns tomates. Depois fui catar mais papéis. Encontrei o Sansão. O carteiro. Ele ainda não cortou os cabelos. Ele estava com os olhos vermelhos. Pensei: será que ele chorou? Ou vontade de fumar ou está com fome! Coisas tão comum aqui no Brasil. Fitei o seu uniforme descorado. O senhor Kubstchek que aprecia pompas devia dar outros uniformes para os carteiros. Ele olha-me com o meu saco de papel. Percebi que ele confia em mim. As pessoas sem apoio igual ao carteiro quando encontra alguém que condoi-se deles, reanimam o espirito. (JESUS, 2014, p. 66)

Analisar a questão de classe na obra de Carolina Maria de Jesus envolve uma abordagem multifacetada que considera suas experiências pessoais, suas críticas ao sistema econômico, e a representação das vidas dos pobres urbanos na segunda metade do século XX.

A questão da interseccionalidade

Retomando a discussão promovida no capítulo 1, a interseccionalidade é um conceito teórico e metodológico que emergiu como resposta às profundas desigualdades sociais, raciais e políticas, refletindo sobre as interações complexas entre diversas formas

de opressão, como raça, gênero, classe social e território. A interseccionalidade, portanto, oferece um caminho cognitivo para perceber e problematizar essas dinâmicas de poder e privilégio, revelando como certos grupos são sistematicamente marginalizados e silenciados no discurso público e literário. Este entendimento é crucial para a crítica literária e para a compreensão da produção de conhecimento como um campo de luta, onde as hierarquias de raça, gênero, classe e outras formas de diferenciação estruturam quem tem acesso ao reconhecimento como autoridade e produtor de conhecimento.

Como exposto, a obra "*Quarto de Despejo*", como outros livros de Carolina Maria de Jesus, nos permite analisar as intersecções de gênero, raça e classe. Existem uma gama de estudos que pensam e refletem a interseccionalidade, abaixo nos aproximamos das conclusões que alguns recortes de autorias que investigam na vida e obra da autora chegaram acerca desses elementos.

Vieira e Johansen (2024), em seu artigo, analisam as dinâmicas de poder que envolvem raça, classe e gênero e de que forma convergem de maneira única para o impacto sobre as mulheres negras. No contexto da obra "Quarto de Despejo: diário de uma favelada", exploram como essas interações se manifestam, enraizadas no legado colonial que sustenta as estruturas sociais de desigualdade. O artigo busca destacar como Carolina Maria de Jesus dialoga com a perspectiva interseccional do feminismo negro, revelando as **múltiplas opressões e formas de resistência** que sua obra permite analisar.

O texto de Gomes e Nogueira (2023) explora a obra "Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada", sob a ótica da interseccionalidade **de raça, classe e gênero**, considerando esses elementos como articuladores centrais do empoderamento e da subjetivação da protagonista.

Na obra *Quarto de despejo* fica evidente esses entrecruzamentos e sobreposições de marcadores sociais na vida cotidiana da autora. Ao narrar dia a dia cenas de sua vida para sobreviver na favela e prover o mínimo necessário para sua sobrevivência e de seus três filhos (...), desse modo é imprescindível que Carolina Maria de Jesus se veja em situação de opressão. A cada dia datado com organização, de 15 de julho de 1955 a primeiro de janeiro de 1960, com alguns saltos de dias e ou meses, a autora se descortina narrando cotidianamente seu sofrimento na conjuntura da favela. Além de lutar cotidianamente

contra a fome, Carolina peleja com a condição de preservar a si e seus filhos de não deixar as atitudes inapropriadas da favela contaminar sua família. Cenas constantes de desentendimentos entre casais na frente dos filhos; brigas entre os vizinhos influenciados pelo consumo de cachaça; a dificuldade em cuidar dos filhos e ter que trabalhar – um trabalho que lhe causa embaraço e extrema fadiga. Tudo isso permeado por acontecimentos reflexivos sobre situações políticas, sociais e de mundo. (GOMES; NOGUEIRA, 2023, p. 92)

Já o trabalho de conclusão de curso de Souza (2019) também aborda uma análise interseccional da trajetória e obras de Carolina Maria de Jesus. O texto se apoia em conceitos como (auto) **etnografia e interseccionalidade** para analisar as condições sob as quais Carolina Maria de Jesus escrevia suas obras. A autora conclui que

Compreendemos que os textos de Carolina de Jesus abordam dilemas cruciais não apenas à população brasileira mas à população mundial e dizem respeito à fome, à urbanização e à precarização da vida nas periferias. A autora falava da fome que deveras sentia, da fome que a fazia vomitar amarelo. Os textos escritos de Carolina ou mesmo as autoetnografias dizem muito sobre a urbanização da cidade de São Paulo nas décadas de 60-70. A intensa industrialização da grande metrópole aliada ao mau planejamento obrigou a criação desses locais de margem, que eram, simultaneamente, locais dormitórios e de despejos. Como Carolina dizia: a favela é o local do despejo, o palácio eram os centros urbanos, as cidades. A escrita de Carolina de Jesus é marcada pelo descrédito ao aparato social (...). A autora rejeita o total abandono das autoridades políticas que se voltavam à periferia apenas nas épocas de eleições e com isso o povo era conduzido por seus discursos esvaziados. (SOUZA, 2019, p. 37-38)

Desse modo, obra de Carolina Maria de Jesus exemplifica a dinâmica interseccional. Uma mulher, negra e pobre, Carolina desafiou as expectativas ao tornar-se uma escritora reconhecida, apesar das barreiras sociais e literárias impostas pelo sistema dominante. Sua narrativa autobiográfica e ficcional não apenas rompe com estereótipos, mas também abre novas perspectivas críticas sobre as estruturas coloniais e racistas que moldam o sistema literário brasileiro e sua recepção pública.

2.3. O PENSAMENTO DE MARIA BEATRIZ NASCIMENTO

Na medida em que havia um intercâmbio entre mercadores e africanos, chefes, mercadores também, havia uma relação escravo/escravo como também de intercâmbio, uma *change*. Essa troca era do nível do soul, da alma, do homem escravo. Ele troca com o outro a experiência do sofrer. A experiência da perda da imagem. A experiência do exílio. (ÔRÍ, 1989).



A historiadora Maria Beatriz Nascimento.

Fonte: Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1422-beatriz-nascimento>,
acesso em 10/07/2024

Nossa segunda intelectual, a historiadora Maria Beatriz Nascimento, publicou menos textos do que Carolina de Jesus, mas sua contribuição para a interpretação do país

é tão relevante quanto a da escritora. Alguns dos seus trabalhos mais importantes foram publicados em revistas e periódicos. Outros foram reunidos em publicações posteriores.

- "Por uma história do homem negro", Revista de Cultura Vozes, 68 (1), pp. 41–45, 1974.
- "Negro e racismo", Revista de Cultura Vozes, 68 (7), pp. 65–68, Petrópolis, 1974
- "A mulher negra no mercado de trabalho", Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, domingo, 25 de julho de 1976.
- "Nossa democracia racial", Revista IstoÉ. 23 de novembro de 1977, pp. 48–49
- "Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso", Estudos Afro-Asiáticos, n. 6-7, Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, pp. 259–265, 1982.
- "O conceito de quilombo e a resistência cultural negra", Afrodiáspora, n. 6-7, pp. 41–49, 1985.
- "Daquilo que se chama cultura", Jornal IDE, n. 12, Sociedade Brasileira de Psicanálise – São Paulo, Dezembro, 1986, p. 8.
- "O quilombo do Jabaquara", Revista de Cultura, Vozes (maio-junho).
- "A mulher negra e o amor", Jornal Maioria Falante, nº 17, fev – março, 1990, p. 3.
- "O negro visto por ele mesmo – Ensaio, entrevistas e prosa", São Paulo: Ubu Editora, 2022. (Publicação póstuma)

Maria Beatriz Nascimento nasceu em Aracaju, em 1942. Filha de um pedreiro e de uma dona de casa teve 9 irmãos. Sua família migrou para o Rio de Janeiro no final da década de 1940, residindo no bairro de Cordovil. No final da década de 60 ingressou no curso de História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluído em 1971. Tornou-se professora da rede estadual do Rio de Janeiro e engajou-se na militância e na pesquisa antirracista no país. Seus vínculos e contribuições ao pensamento negro contemporâneo e (re)interpretação da história do Brasil são múltiplos e muito qualificados. Ao mesmo tempo teve divergências teóricas e disputas com militantes e com as estruturas sexistas no movimento social. Seu trabalho de pesquisa acadêmica teve continuidade, para além de seus inúmeros textos, no curso de mestrado na Universidade Federal Fluminense (UFF), iniciado no começo da década de 1990 sob orientação do intelectual e teórico da comunicação Muniz Sodré. Além de seus escritos, artigos e ensaios, uma das mais conhecidas obras da historiadora foi no campo do áudio-visual, com a produção do filme *Ori* (1989). O filme aborda a história do movimento negro entre os anos de 1977 e 1988, assim como as relações entre a África e o Brasil e a própria vida

de Beatriz. O Quilombo é uma ideia chave de sua produção. Ela realizou duas viagens para o continente africano, para Angola e para o Senegal. Seu mestrado e sua vida foram interrompidos em 1995 por um feminicídio, praticado quando Beatriz tentava defender uma amiga. No entanto, seu pensamento, sua obra e sua presença continuam a nos orientar na tentativa de reinterpretar a história e reinventar esse país (RATTS, 2006, p. 27-28).

Vejamos como as ideias de Classe, Raça e Gênero foram abordadas pela historiadora em sua diversificada obra.

O olhar sobre o Gênero

Beatriz Nascimento destacava, entre outros múltiplos aspectos, a intersecção entre o racismo e o sexismo na vida das mulheres negras em nossa sociedade. Em seus escritos, ela frequentemente abordava como as mulheres negras enfrentavam uma dupla opressão, sendo marginalizadas tanto por sua raça, quanto por seu gênero, e ou classe.

Foi forjada no Ocidente uma sociedade de homens, identificando não só o gênero masculino, mas a espécie no seu todo. Essa perspectiva possuía um devir utópico, previa-se um mundo sem diferenças. Entretanto, ao contrário do pensamento Iluminista naquele momento processava-se a anexação de sociedades e culturas com extremas separações políticas, sociais e individuais à sociedade do europeu, através da máquina colonialista. (...) Por esse pensamento formulado, a mulher seria um homem, embora não sendo total. Seria ciclicamente homem, conforme seu próprio ciclo natural (puberdade e maternidade). Fora desses estados sua capacidade de trabalho estaria a reboque da necessidade do desenvolvimento econômico (mão de obra anexada ou excludente de acordo com as variações da economia). (NASCIMENTO, 1990, Apud RATTS, 2006, p. 127)

Beatriz se dedicou ao estudo das questões relacionadas à mulher negra. Em alguns de seus artigos, como "Mulher negra e mercado de trabalho", incluído na obra *Eu sou Atlântica*, é possível identificar suas opiniões sobre o tema, evidenciando a histórica situação de subalternidade enfrentada pelas mulheres negras no Brasil. Também destaca a relação da mulher negra com o amor e os estereótipos que perpassam seus corpos.

Convivendo em uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos femininos como ideal de um maior grau de embranquecimento (desde a mulher mestiça até à branca), seu trânsito afetivo é extremamente limitado. Há poucas chances para ela numa sociedade em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela representante da etnia mais submetida. Sua escolha por parte do homem passa pela crença de que seja mais erótica ou mais ardente sexualmente que as demais, crenças relacionadas às características do seu físico, muitas vezes exuberantes. Entretanto quando se trata de um relacionamento institucional, a discriminação étnica funciona como um impedimento, mais reforçado à medida que essa mulher alça uma posição de destaque social. (NASCIMENTO, 1990, Apud RATTTS, 2006, p. 129)

Nascimento utiliza o conceito de "quilombo" não apenas como um refúgio físico, mas como um símbolo de resistência cultural e de solidariedade entre as mulheres negras. Ela vê nos quilombos históricos e contemporâneos uma fonte de força e empoderamento para as mulheres negras, que se reúnem para compartilhar suas experiências e desenvolver estratégias de resistência. A identidade negra e a ancestralidade são temas centrais no trabalho de Beatriz. Ela argumenta que a reconexão com a ancestralidade africana é fundamental para a construção de uma identidade forte e empoderada para as mulheres negras. Esta reconexão ajuda a desafiar as narrativas racistas e sexistas que historicamente têm marginalizado as mulheres negras. Sueli Carneiro, ao comentar a importância do livro do pesquisador Alex Ratts sobre a obra de Beatriz Nascimento, afirmava que a

Historiadora, libertou a negritude do aprisionamento acadêmico ao passado escravista, atualizando signos e construindo novos conceitos e abordagens. Assim é a noção de quilombos urbanos, conceito com o qual ela ressignifica o território/ favela como espaço de continuidade de uma experiência histórica que sobrepõe a escravidão à marginalização social, segregação e resistência dos negros no Brasil. Ratts inova (...) sobretudo, pelo fato de decisões como (...) de prestar tributo ao pensamento de Beatriz Nascimento, ser parte de um processo de reconhecimento permanente em suas pesquisas, da dimensão de gênero,

como condição essencial, além da de classe e de raça para a compreensão e enfrentamento/equacionamento dos desafios teóricos e práticos relativos à superação das flagrantes desigualdades sociais. (CARNEIRO, Sueli apud RATTS, 2006, p. 12)

Nascimento também via a educação como uma ferramenta crucial para a emancipação das mulheres negras. Ela acreditava que uma educação que valorizasse a história e a cultura afro-brasileira poderia ajudar a combater os estereótipos racistas e sexistas, promovendo uma consciência crítica entre as mulheres negras e na sociedade em geral.

Numa sociedade como a nossa, onde convivem elementos arcaicos com o processo de modernização, a educação representa um fator de pressão dos grupos subordinados, visando melhores condições de vida e ascensão social. Entretanto, justamente por causa daqueles elementos arcaicos, os avanços educacionais são limitados e recentes, ao mesmo tempo [em] que carente, pois a maior parte da população tem tido pouco acesso efetivo ao processo educacional. (...) Como a educação é um requisito para o acesso às melhores ocupações¹⁶ na hierarquia de empregos, deduz-se que as populações de cor e as mulheres brancas não estariam capacitadas para assumir os empregos de maior status e, conseqüentemente, maior remuneração. A mulher negra tem menores possibilidades do que qualquer um dos outros grupos. (NASCIMENTO, 1976, Apud RATTS, 2006, p. 104-105)

Beatriz também lembrava que as mulheres negras, no final do século XX, acabaram relegadas nas estruturas do trabalho no pós-abolição aos serviços subalternizados e de mal remunerados, em uma espécie de reprodução das relações escravistas que fundaram o país séculos antes.

A mulher negra na sua luta diária durante e após a escravidão no Brasil, foi contemplada como mão-de-obra, na maioria das vezes não qualificada. Num país em que só nas últimas décadas desse século, o

trabalho passou a ter o significado dignificante o que não acontecia antes, devido ao estigma da escravatura, reproduz-se na mulher negra “um destino histórico”. É ela quem desempenha, em sua maioria, os serviços domésticos, os serviços em empresas públicas e privadas recompensadas por baixíssimas remunerações. São de fato empregos onde as relações de trabalho evocam as mesmas da Escravocracia. (NASCIMENTO, 1990, Apud RATTIS, 2006, p. 128)

Maria Beatriz Nascimento contribuiu significativamente para a compreensão das complexas interseções entre raça e gênero. Suas reflexões sobre a opressão das mulheres negras, a importância dos quilombos urbanos como espaços de resistência, a reconexão com a ancestralidade africana e o papel da educação na emancipação das mulheres negras oferecem uma rica análise de gênero. Suas ideias incentivam a valorização das experiências e das vozes das mulheres negras, destacando a importância de uma abordagem interseccional para compreender e combater as múltiplas formas de opressão que elas enfrentam.

O olhar sobre a Classe

Maria Beatriz Nascimento também nos forneceu uma importante contribuição nas interpretações de como a opressão racial e de classe se sobrepõem, criando barreiras específicas para a população negra, especialmente para as mulheres negras. Ela argumentou que o racismo no Brasil está intimamente ligado às desigualdades econômicas, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão social para a população negra.

Nascimento (1990) analisou a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, destacando a precariedade e a desvalorização que elas enfrentam. Ela apontou que, devido ao racismo e ao sexismo, as mulheres negras são frequentemente relegadas aos trabalhos mais mal pagos e desvalorizados, como o serviço doméstico. Em sua análise sobre os quilombos, Nascimento não apenas os vê como espaços de resistência cultural, mas também como formas de resistência econômica. Os quilombos urbanos representavam alternativas ao sistema econômico opressor, oferecendo um modelo de autossuficiência e solidariedade econômica.

Dizendo isto, estou tentando transmitir minha experiência de pesquisa sobre os quilombos brasileiros, pesquisa que tomou, no projeto, o título de “Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros – dos quilombos às favelas”. Este projeto é também um grande sonho. Cientificamente falando, pretendemos demonstrar que os homens e seus grupamentos, que formaram no passado o que se convencionou chamar “quilombos”, ainda podem e procuram fazê-los. Não se trata de, no meu entender, exatamente de sobrevivência ou de resistência cultural, embora venhamos a utilizar estes termos, algumas vezes como referência científica. O que procuramos neste estudo é a “continuidade histórica”, por isso me referi a um sonho. (NASCIMENTO, 1982, Apud RATTS, 2006, p. 109)

A questão de classe também aparece em seu pensamento como uma questão epistemológica e não apenas como um aspecto crítico de nossa formação. Beatriz defende que era preciso reposicionar os estudos e as reflexões sobre a história e a identidade do negro no Brasil.

Retomando o problema da História do negro no Brasil: Que somos nós, pretos, humanamente? Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos? Como expressão artística da sociedade brasileira? Como classe social, confundida com todos os outros componentes da classe economicamente rebaixada, como querem muitos? Pergunto em termos de estudo. Podemos, ao ser estudados, ser confundidos com os nordestinos pobres? Com os brancos pobres? Com os índios? (NASCIMENTO, 1982, Apud RATTS, 2006, p. 94)

Outro aspecto destacado pela historiadora era a utilização das explicações econômicas ou ancoradas nas lógicas das classes sociais para acobertar as estruturas racistas da sociedade brasileira. Beatriz defendia, de forma convincente, a necessidade de uma mudança nos eixos interpretativos sobre as relações entre classe social e o racismo.

Mediante mecanismos seletivos, a sociedade brasileira reduz o espaço dedicado ao negro dentro da escala social, Como este espaço se apresenta como parte incorporada à cultura dos negros, nada mais

cômodo do que unir o útil ao agradável. Quando se questionar a ausência de negro em posições de relevo social, basta mencionar Pelé ou algum dos poucos sambistas atualmente em boas condições financeiras. Quanto a grande maioria marginalizada, o mais fácil será recorrer à explicação econômica ou de classe, não esquecendo a herança escravagista que, segundo alguns eminentes teóricos, faz do negro um ser ainda não preparado para integrar uma sociedade competitiva. (NASCIMENTO, 1977, Apud RATTTS, 2006, p. 108)

Seu pensamento é tão fecundo que em diversas passagens de seus textos ela oferece exemplos de análise que antecipam em vários anos às chamadas interpretações interseccionais. Beatriz Nascimento elabora uma inovadora e fecunda interpretação da história brasileira. Raça, classe e gênero são categorias trabalhadas com maestria pela historiadora, sendo, muitas vezes, difícil separar as categorias para um entendimento isolado. Ela realiza uma complexa análise interseccional de nossa história.

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados. (NASCIMENTO, 1976, Apud RATTTS, 2006, p. 104)

Nascimento enfatizou, por fim, a importância de uma história escrita por mãos negras, como ferramenta para a mobilidade social e a emancipação econômica das mulheres negras. Ela acreditava que uma educação crítica e consciente poderia quebrar o ciclo de pobreza e exclusão, oferecendo novas oportunidades para a população negra e, principalmente, para as mulheres negras.

O olhar sobre a questão racial

Maria Beatriz Nascimento contribuiu, por fim, de forma significativa para a análise da questão racial no Brasil, oferecendo uma abordagem abrangente e profunda que desvela as múltiplas camadas do racismo e suas implicações na sociedade brasileira. Ela abordou o racismo como um fenômeno estrutural e histórico, destacando como ele está intrinsecamente enraizado nas instituições e práticas sociais, perpetuando desigualdades e marginalizações que afetam profundamente a vida dos afrodescendentes. Sua obra, como dito anteriormente, antecipa as análises interseccionais e produz uma interpretação da história na qual raça, gênero e classe, operam conjuntamente.

No livro de autoria do professor e geógrafo Alex Ratts, encontramos uma importante análise do pensamento dessa historiadora na contribuição do entendimento do racismo brasileiro.

Os textos publicizados de Beatriz Nascimento, entre os anos de 1974 e 1990, nos permitem delinear vários aspectos de seu pensamento a respeito do racismo, especialmente sobre as formas praticadas na sociedade brasileira contra a população negra. De início, o que ela denomina de “um emaranhado de sutilezas” pode ser uma trama de fios finos e complexos, mas astuciosos. Quer dizer, tratado como velado ou mesmo inexistente, o racismo no Brasil se mostra como uma sofisticada rede de pensamentos e ações, que varia para determinados contextos. Multifacetado em sua existência é um fenômeno que merece análises e possibilidades de reação multidimensionais. (RATTS, 2006, p. 47)

Nascimento ressaltou a importância da resistência negra, sublinhando a riqueza da história de luta e sobrevivência dos negros no Brasil. Ela valorizou os quilombos não apenas como espaços de refúgio, mas como símbolos poderosos de resistência cultural e social. Em suas análises, os quilombos representam a capacidade da população negra de criar alternativas de vida e resistência frente às adversidades impostas pela escravidão e pelo racismo estrutural.

Então, nesse momento, a utilização do termo quilombo passa ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta como se reconhecendo homem, como se reconhecendo pessoa que realmente deve lutar por melhores condições de vida, porque merece essas melhores condições de vida desde o momento em que faz parte dessa sociedade. (NASCIMENTO, 1989, Apud RATTTS, 2006, p. 53)

Além disso, Beatriz Nascimento (1990) explorou de maneira incisiva a interseccionalidade de raça e gênero, mostrando como essas duas categorias se entrelaçam para criar formas específicas de opressão que afetam particularmente as mulheres negras. Ela argumentou que as mulheres negras enfrentam uma dupla carga de discriminação — racial e de gênero — que amplifica sua marginalização e dificulta sua ascensão social e econômica. Sua obra destaca a necessidade de uma análise que considere essas interseções para entender plenamente as experiências das mulheres negras e formular estratégias de combate ao racismo e ao sexismo.

Nascimento também destacou o papel fundamental da educação na luta pela emancipação dos afrodescendentes. Ela defendeu uma educação que valorize a história e a cultura afro-brasileira, como um meio de empoderar a população negra e oferecer novas oportunidades de mobilidade social. Para ela, a educação não deveria apenas transmitir conhecimento, mas também formar uma consciência crítica capaz de desafiar as estruturas de poder e desigualdade.

Acho que muita criança negra tem esse mesmo problema e é por isso que não estuda, muitas vezes não passa de ano, tem dificuldade na escola por causa de um certo tipo de isolamento que não é facilmente perceptível. É aquela mecânica de educação que não tem nada a ver com esses grupos de educação familiar, a mecânica da leitura, onde

you não sabe quem é, porque não está nos livros. (NASCIMENTO, 1982, Apud RATTTS, 2006, p. 48)

Entre outros aspectos, a historiadora não eixa de refletir e denunciar a violência racial contra o negro no país. No trecho abaixo pode-se analisar como a autora enxerga a violência racial a partir de sua própria experiência.

Nas ruas as pessoas me agriem das mais diversas formas. No meu interior há recalçamento das aspirações mais simples. Em contato com as outras pessoas tenho que dar praticamente todo o meu “curriculum vitae” para ser um pouquinho respeitada. Há oitenta anos atrás minha raça vivia nas condições mais degradantes. (...) a maioria dos meus iguais permanece social e economicamente rebaixada, sem acesso às riquezas do país que construiu. Quando de volta ao cotidiano, verifico que as pessoas vêm minha cor como meu principal dado de identificação, e nesta medida tratam-me como um ser inferior. Me pergunto que ideologia absurda é essa, dessas pessoas que querem tirar minha própria identidade? (NASCIMENTO, 1974, Apud RATTTS, 2006, p. 13).

Beatriz agrega em seus textos diversas possibilidades de reação ao racismo que vão das estratégias individuais de compreensão do fenômeno, de reconhecimento enquanto grupo étnico-racial, até a constituição dos movimentos negros.

Ninguém fará eu perder a ternura
 Como se os quatro besouros
 Geração da geração Vôo de garças seguro
 Ninguém fará
 Ninguém fará eu perder a doçura Seiva de palma, plasma de coco
 Pêndulo em extensão
 Em extensivo mar – aberto Cavala escamada, em leito de rio
 Ninguém me fará racista haste seca petrificada
 Sem veias, sem sangue quente
 Sem ritmo, de corpo, dura
 Jamais fará que em mim exista
 Câncer tão dilacerado

(Anti-Racismo - Beatriz Nascimento apud RATTTS, 2006, p. 50)

Suas obras fornecem uma base sólida para entender as complexidades das experiências raciais no Brasil, evidenciando a necessidade de uma abordagem interseccional para enfrentar as desigualdades raciais de forma eficaz. Através de sua análise, Nascimento nos chama a reconhecer a interligação entre diferentes formas de opressão e a importância de políticas e práticas que considerem essa complexidade, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva. Sua contribuição permanece essencial para qualquer estudo ou ação voltada para a promoção da igualdade racial e social no Brasil. Atenta à complexidade e às múltiplas interpretações das situações racistas, Beatriz se destaca como uma pensadora que compreende o racismo como um fenômeno persistente e multifacetado, quase como se tivesse "sete vidas". Ela foca, em particular, na dificuldade de identificar e reconhecer atos e situações predominantemente racistas:

A todo o momento o preconceito racial é demonstrado diante de nós, é sentido. Porém, como se reveste de uma certa tolerância, nem sempre é possível percebermos até onde a intenção de nos humilhar existiu. De certa forma, algumas destas manifestações já foram incorporadas como parte nossa. Quando, entretanto, a agressão aflora, manifesta-se uma violência incontida por parte do branco, e mesmo nestas ocasiões “pensamos duas vezes”! antes de reagir, pois, como expus acima, no nosso “ego histórico” as mistificações agiram a contento. De tal forma o preconceito contra o negro é violento e ao mesmo tempo sutil, que ele existe latente e muitas vezes vem à tona na relação entre nós mesmos. Temos, vamos dizer, uma atitude de amor e ódio por nós mesmos; a presença, o confronto com o outro nos incomoda também. (NASCIMENTO, 1974, apud RATTIS, 2006, p. 47)

Observa-se que, tanto na população brasileira em geral quanto especificamente entre os negros, há indivíduos que relutam ou demoram a reconhecer a manifestação do racismo. Essa resistência em reconhecer o racismo constitui uma das dores fundamentais daqueles que são racialmente discriminados.

A questão da interseccionalidade

Em um importante artigo publicado em 2022, Santos e Santos (2022), propõem uma reflexão sobre as possibilidades epistemológicas que surgiram com a aproximação entre a interseccionalidade e as teorias e metodologias voltadas para a transformação social. Para isso, a discussão foca na ancestralidade afro-brasileira como uma forma de repensar novos métodos de geração e compartilhamento de conhecimento. A proposta reúne alguns movimentos teórico-metodológicos - chamados no texto de “epistemologias de reexistência” - e os relaciona com o conceito de “aquilombagem crítica”. Utilizando-se do pensamento de Beatriz Nascimento, sobretudo de seus estudos sobre os quilombos, o objetivo principal das autoras é contribuir para o debate sobre formas eficazes de aproximar a educação formal do conhecimento experiencial no Brasil. Dessa forma, a aquilombagem crítica é vista como um ambiente de (re)conexão multidimensional, facilitando intervenções que promovam um diálogo plural entre diferentes realidades.

Já a obra "Interseccionalidades: Pioneiras do Feminismo Negro Brasileiro" (2020) destaca a trajetória e as contribuições de mulheres negras que foram precursoras do feminismo negro no Brasil. O livro aborda as experiências de vida, as lutas políticas e as produções intelectuais dessas mulheres, destacando como elas enfrentaram e desafiaram as múltiplas formas de opressão que se entrelaçam, como racismo, sexismo e classismo. A obra enfatiza o conceito de interseccionalidade, mostrando como essas pioneiras entenderam e explicaram as complexas interações entre diferentes sistemas de opressão. As autoras e intelectuais destacadas no livro, como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, são apresentadas não apenas como ativistas, mas também como teóricas que forneceram ferramentas fundamentais para a compreensão das questões de gênero, raça e classe no contexto brasileiro.

O livro também explora a importância das contribuições dessas mulheres para os movimentos sociais, como o movimento negro e o movimento de mulheres, destacando suas lutas por direitos e justiça social. Além disso, a obra mostra como suas ideias e ações continuam a influenciar e inspirar novas gerações de feministas negras no Brasil e no mundo.

Maria Beatriz Nascimento foi uma das autoras mais proeminentes no campo dos estudos sobre raça, gênero e identidade no Brasil. Como historiadora, ativista e cineasta, suas contribuições foram fundamentais para iluminar as complexas interseções entre raça,

gênero e classe social, oferecendo uma análise profunda e inovadora sobre a realidade das mulheres negras. Seu trabalho destaca-se não apenas pela crítica às estruturas de opressão, mas também pela proposição de alternativas e caminhos para a emancipação e resistência.

Em sua obra, Nascimento explora detalhadamente a experiência das mulheres negras, revelando como essas mulheres enfrentam uma dupla opressão: a discriminação racial e o sexismo. Ela argumenta que as mulheres negras estão situadas em uma intersecção única de opressões que tornam suas experiências particularmente complexas e desafiadoras. Além disso, Maria Beatriz Nascimento, como professora, enfatiza o papel crucial da educação na transformação social. Argumenta que uma educação que reconheça e valorize a história e a cultura africana e afro-brasileira é fundamental para desconstruir os estereótipos racistas e sexistas. Propõe uma abordagem pedagógica que não apenas informe, mas também transforme, que inspire e motive as mulheres negras a se reconhecerem como protagonistas de suas histórias e de suas lutas por igualdade e dignidade. Suas contribuições são fundamentais para toda e qualquer análise da História afro-brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos elementos dessa pesquisa foram cruciais para refletir sobre minha própria vivência. O estudo do conceito de interseccionalidade não apenas enriqueceu meu desenvolvimento acadêmico, mas também teve um impacto profundo em minha vida pessoal. As diferentes opressões, que atravessam meu corpo e minha experiência, englobam questões de raça, classe, gênero e, além disso, o capacitismo. Esses fatores interconectados moldam minha percepção e compreensão das dinâmicas sociais e das formas de discriminação que afetam minhas vivências.

Um ponto central na análise de todas as autoras referenciadas neste trabalho é a investigação da relação intrínseca entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo e suas diversas consequências nos âmbitos social, econômico, político e cultural. A interseccionalidade, nesse contexto, está diretamente vinculada às opressões geradas pelas desigualdades estruturais, evidenciando como essas formas de discriminação se entrelaçam e reforçam mutuamente, perpetuando ciclos de exclusão e marginalização.

Para além da definição do conceito, diversas autoras contribuíram significativamente para sua formulação, baseando-se nas narrativas e nas experiências de enfrentamento ao racismo estrutural. Essas contribuições foram fundamentais para consolidar a interseccionalidade como um conceito teórico-metodológico robusto, que serve tanto como uma ferramenta analítica quanto como um recurso nos discursos políticos direcionados à promoção da justiça social.

Autoras como Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Angela Davis, Lélia Gonzales e Maria Beatriz Nascimento, entre outras, exploraram e expandiram o entendimento da interseccionalidade, destacando a importância de considerar múltiplas formas de opressão simultaneamente. Crenshaw, em sua análise pioneira, do ponto de vista jurídico, argumentou que as estruturas de poder se sobrepõem e se reforçam, criando situações complexas que não podem ser compreendidas adequadamente quando analisadas isoladamente. Hill Collins, por sua vez, no campo das análises sociológicas, aprofundou a discussão sobre a interseção de raça, gênero e classe, enfatizando como

essas categorias se manifestam e se interrelacionam na vida das mulheres negras, enquanto Nascimento destacou a importância das experiências pessoais e coletivas das mulheres negras brasileiras como um campo vital de resistência e conhecimento.

A interseccionalidade, portanto, pode ser concebida não apenas como um conceito teórico, mas também como uma abordagem metodológica que permite uma análise mais profunda e abrangente das múltiplas camadas de opressão. Essa abordagem se revela essencial para entender as complexidades das experiências humanas e para formular estratégias eficazes de combate às desigualdades.

Mas admitir que mesmo antes das contribuições mais recentes, duas pensadoras negras brasileiras, já produziam uma sofisticada análise que envolvia, mesmo com outros nomes, as interpretações interseccionais em suas obras, é revolucionário. Maria Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus subverteram os cânones e produziram, uma no campo da História e a outra na Literatura, novas leituras sobre suas vidas e sobre a história do Brasil.

Embora os escritos de Maria Beatriz Nascimento não utilizem explicitamente o termo "interseccionalidade", suas investigações refletem claramente os fundamentos práticos desse conceito como uma ferramenta analítica. Nascimento conduz uma análise crítica e profunda das condições de vida da população afrodescendente na diáspora, abordando de forma integrada as múltiplas dimensões de opressão que essa população enfrenta. Seus estudos sobre as condições de vida da população afrodescendente na diáspora, o racismo estrutural e histórico, a interseção de raça, gênero e classe, a importância dos quilombos como espaços de resistência e o papel crucial da educação demonstram uma abordagem interseccional na prática. Nascimento oferece uma visão abrangente e crítica das múltiplas dimensões de opressão que afetam a vida dos afrodescendentes, contribuindo significativamente para a compreensão e combate dessas injustiças.

Esta análise crítica é refletida em suas obras, como artigos e ensaios, onde ela discute as formas como o racismo e o machismo se entrelaçam, criando barreiras adicionais para as mulheres negras em diversas esferas da vida social, política, econômica e cultural. Nesse contexto, Nascimento enfatiza a relevância da ancestralidade e da memória cultural como instrumentos de resistência. Ela argumenta que a reconexão com as raízes africanas e as tradições culturais é fundamental para fortalecer a identidade e a autoestima das mulheres negras, capacitando-as a resistir aos estigmas sociais. Em suas análises sobre os quilombos, por exemplo, ela não os vê apenas como refúgios físicos,

mas como potentes símbolos de resistência cultural e solidariedade entre as mulheres negras, que se congregam para fortalecer suas lutas e promover a justiça social.

Já Carolina Maria de Jesus, ao longo de sua vida e obra, enfrentou o racismo, o sexismo e a marginalização, destacando-se não apenas como uma voz literária singular, mas também como uma figura que desafiou ativamente as fronteiras de classe, raça e gênero na produção cultural e literária. Seu exemplo ressalta a importância de entender a interseccionalidade não apenas como uma teoria acadêmica, mas como uma ferramenta vital para analisar e transformar as estruturas de poder que moldam nossas percepções e práticas sociais e culturais.

Um dos aspectos analisados na escrita de Carolina Maria de Jesus é o trabalho desempenhado pela autora-personagem, uma vez que ela assume a responsabilidade por cuidar sozinha de seus três filhos, buscando sustentar a família através da coleta de papel. Esta situação evidencia a intersecção de gênero, raça e classe social na narrativa e na vivência de Carolina, visto que cabe a ela não apenas o sustento do lar, mas também a educação dos filhos, o que a obriga a realizar tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho remunerado. No trecho citado a seguir, Carolina expõe sua condição de chefe de família, enfrentando qualquer tipo de trabalho para prover seus filhos: "Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. [...] Não casei e não estou descontente. Os que preferi me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis" (JESUS, 2014, p. 16-17).

Este relato evidencia a resistência demonstrada por Carolina diante das adversidades, desafiando estereótipos relacionados à capacidade de uma mulher negra, residente em uma favela e com limitada formação educacional, em se tornar autora de uma obra literária. O que se revela pertinente na análise da escrita de Carolina Maria é o seu desejo manifesto de escrever, experienciado enquanto mulher negra e proveniente de um contexto favelado. Este desejo, aliado à sua trajetória, às suas crenças e à sua luta pelo reconhecimento como escritora, transparece na sua habilidade de transformar elementos cotidianos como pobreza e desigualdade em material narrativo sensível e qualificado. Quando Carolina Maria de Jesus, uma mulher de origem favelada e com limitações no domínio da língua portuguesa, conforme as convenções gramaticais formais estabelecidas, persiste em escrever utilizando materiais como cadernos parcialmente usados e folhas soltas, ela adota uma postura que desafia as normas da instituição literária.

Quando Carolina se torna protagonista de suas narrativas e de sua vida, e intérprete da sua história e da história do Brasil ela desafia os cânones e o elitismo intelectual.

O ato de autoproclamar-se escritora constitui um movimento audacioso que rompe com a posição anteriormente designada à subalternidade, desafiando a predominância histórica de figuras masculinas e brancas dentro do cânone literário estabelecido (EVARISTO, 2009, p. 28).

Por fim, podemos afirmar sem qualquer temor que ambas as autoras, Beatriz Nascimento e Carolina Jesus, (in)disciplinaram os cânones e permitiram uma (re)leitura de nossa História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos Narcísicos no Racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2002.
- BUENO, Winnie. **Imagens de Controle**. Um conceito do pensamento de Patrícia Hill Collins. Porto Alegre: Editora ZOUK, 2020.
- CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade**. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- COLLINS, Patrícia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In MORENO, Renata (org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- COSTA, Renata Jesus. **Subjetividades femininas: mulheres negras sob o olhar de Carolina Maria de Jesus, Maria Conceição Evaristo e Paulina Chiziane**. Dissertação (Mestrado), PUC-SP, 2007.

- CRENSHAW, Kimberlé W. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. In Estudos Feministas, ano 10, p. 171- 188, 2002.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018
- EVARISTO, Conceição. Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória. In **Releitura**, Belo Horizonte, n. 23, 2008. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/escrevivencias-da-afro-brasilidade.html>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade". In **Scripta**, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.
- FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. São Paulo: Malê, 2017.
- FIGUEIREDO, Angela; GROSGOUEL, Ramon. Por Que Não Guerreiro Ramos? Novos Desafios a Serem Enfrentados pelas Universidades Públicas Brasileiras. In **Ciência & Cultura**, vol. 59, n. 2, São Paulo, 2007.
- GOMES, Eliani de Lima Villas; NOGUEIRA, Nicea Helena. A Interseccionalidade na narrativa Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus. In **Ipotesi – Revista De Estudos Literários**, v. 27, n. 2, p. 89-97, 2023.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura Brasileira. In **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, 1984, p. 223-244.

- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.), 1988, p. 69-82.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (et al). **Interseccionalidades: pioneiras do feminismo negro brasileiro**. São Paulo: Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2020.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- hooks, bell. **Não serei eu mulher?** Lisboa: Orfeu Negro, 2018.
- hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada**. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 1961.
- JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Livraria F. Alves, 1960.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N1 edições, 2018.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma História do Homem Negro. In RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 2006, p. 93-98.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. Negro e racismo. In RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, p. 98-102.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. Quilombos: mudança social ou conservantismo? In: Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora filhos da África, 2018.

- NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Historiografia do Quilombo*. In Beatriz Nascimento, *Quilombola e Intelectual*. São Paulo: Editora filhos da África, 2018.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas*. In Beatriz Nascimento, *Quilombola e Intelectual*. São Paulo: Editora filhos da África, 2018.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Introdução ao conceito de Quilombo*. In Beatriz Nascimento, *Quilombola e Intelectual*. São Paulo: Editora filhos da África, 2018.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. **Cadernos do Nosso Tempo**, v. 2, n. 2, p. 189-220, 1954. Disponível em; https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/silvana.marinho/disciplina-teorias-do-brasil/unid-iii-bibliografia-basica/texto-10_guerreiro-ramos_o-problema-do-negro-na-sociedade-brasileira_cadernos-de-nosso-tempo_simon-schwartzman, acesso em 10.05.2023.
- RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.
- RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.
- SANTOS, Gersiney; SANTOS, Daiane Silva. Epistemologias de reexistência: um diálogo teórico-metodológico entre interseccionalidade e quilombagem crítica. In **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. e270028, 2022.
- SOUZA, Raquel Santos. **Toda Carolina é um Ato de Auto: intersecções de Gênero, Raça e Classe na Obra de Carolina Maria de Jesus**. Trabalho de Conclusão de Curso, UNILA, 2019.
- VIEIRA, J. de F.; JOHANSON, I. C. A interseccionalidade a partir de 'Quarto de Despejo', De Carolina Maria de Jesus. In **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, v. 2, n. 2, p. 244–268, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/philia/article/view/103989>. Acesso em: 9 jul. 2024.